

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE BARBOZA REOLON

**Os Efeitos da Globalização no Modelo Nórdico de Estado de Bem-Estar Social:
o caso da Suécia**

Porto Alegre

2021

FELIPE BARBOZA REOLON

**Os Efeitos da Globalização no Modelo Nórdico de Estado de Bem-Estar Social:
o caso da Suécia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nadia Barbacovi Menezes

Porto Alegre

2021

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elisabete e Gerson, e avós, Gerci e Gilca, pelo esforço incessante para me proporcionar uma educação de qualidade.

Aos meus amigos e colegas de curso, Ana Flávia Vanzin, Andressa Ughini, Laura Kampff, Laura Metz, Léo Knebel e Luísa Helena Botelho, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pela amizade excepcional, companheirismo, pela troca de experiências e pela assistência prestada durante todo esse período.

Aos coordenadores do curso de Relações Internacionais da UNISINOS, Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme e Prof^a. Dr^a Nádia Barbacovi Menezes, pelo constante suporte durante a minha trajetória acadêmica.

“For us democracy is a question of human dignity. And human dignity is political freedom, the right to freely express opinion and the right to be allowed to criticise and form opinions. Human dignity is the right to health, work, education and social welfare. These rights, the rights of democracy, are not reserved for a select group within society, they are the rights of all the people”.

(Olof Palme)

RESUMO

O Estado de bem-estar social pode ser observado a partir da Alemanha no século XIX, respaldada nos ideais de proteção social implantados por Bismarck. O Modelo Nórdico, por sua vez, adaptando esse sistema aos princípios escandinavos de igualdade e universalismo, ganha maior notoriedade no século XX com a adoção mundial das contribuições de Keynes à economia internacional. No final do século XX e início do século XXI, o fenômeno da globalização se intensificou de maneira sem precedentes devido à diminuição das barreiras geográficas e de comunicação perante a criação das novas tecnologias. Este trabalho tem como objetivo, portanto, compreender como o Estado de bem-estar da Suécia é afetado pelo processo da globalização, a partir de uma abordagem da Economia Política Internacional, assimilando o papel cabido ao Estado nacional na conjuntura internacional do século XXI. Como resultado, percebe-se que a globalização tem gerado efeitos no sistema doméstico sueco nos âmbitos político, econômico e social.

Palavras-chave: Estado de bem-estar social; Economia Política Internacional; Globalização; Suécia.

ABSTRACT

The welfare state's origins can be dated back to Germany in the 19th century, based on the ideals of social protection implemented by Bismarck. The Nordic Model, consecutively, adapting this system to the Scandinavian principles of equality and universalism, attained greater notoriety in the 20th century with the adoption of Keynes' contributions to the international economy by the international community. At the end of the 20th century and beginning of the 21st century, the globalization phenomenon intensified in an unprecedented manner due to the reduction of geographical and communication barriers amidst the creation of new technologies. This work aims, therefore, to understand how the Swedish welfare state is affected by the globalization process, from an International Political Economy approach, assimilating the role of the national state in the international context of the 21st century. As a result, it can be seen that globalization has had effects on the Swedish domestic system in the political, economic, and social spheres.

Keywords: Welfare State; International Political Economy; Globalization; Sweden.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os três modelos de bem-estar: corporativista, universal e residual	17
Figura 2 - Mapa geográfico dos países nórdicos.....	21
Figura 3 - Assimetria da interdependência	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita de impostos como porcentagem do PIB nos países da OCDE em 2019 .	20
Gráfico 2 - Porcentagem de votos do Partido Social-Democrata sueco (1902-2018)	61
Gráfico 3 - Apoio popular aos três principais partidos políticos suecos	62
Gráfico 4 - Proporção (%) de eleitores dos partidos Social Democrata (S) e Democratas Suecos (SD) concordam parcial ou totalmente que a imigração para a Suécia deve ser reduzida.	64
Gráfico 5 - Quantidade de refugiados recebidos pela Suécia	65
Gráfico 6 - Apoio popular ao Partido Social-Democrata abaixo da média histórica.....	66
Gráfico 7 - Crescimento das exportações suecas na década de 1970	71
Gráfico 8 - Taxa de fertilidade na Suécia	73
Gráfico 9 - Expectativa de vida na Suécia	74
Gráfico 10 - PIB da Suécia (US\$)	77
Gráfico 11 - PIB per capita da Suécia (US\$).....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	14
2.2 O Estado de Bem-Estar Social: o conceito desde sua criação	14
2.2 Suécia: de Nação agrária a potência industrial	22
2.3 A crise do Welfare State Sueco	33
3 APRESENTAÇÃO TEÓRICA CONCEITUAL PARA COMPREENDER O ESTADO DE BEM-ESTAR SUECO: A PERSPECTIVA DA GLOBALIZAÇÃO E DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	40
3.1 A nova realidade estatal conforme as principais correntes teóricas	40
3.2 As inferências da Economia Política Internacional nos âmbitos doméstico e internacional	45
3.3 Globalização: diferentes concepções acerca do fenômeno	51
4 OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO WELFARE STATE SUECO: IMPLICAÇÕES NAS ESFERAS POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL	58
4.1 Aspectos do âmbito político doméstico	60
4.2 Aspectos da economia sueca	69
4.3 Aspectos sociais da Suécia: pluralidade e mudanças demográficas	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa presente no projeto se encontra dentro da esfera das relações internacionais, tendo no seu método a Economia Política Internacional dentro de um contexto internacional globalizado. O seguinte estudo discorrerá acerca das implicações do processo de globalização no Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social (*welfare state*), abordando desde sua gênese, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, até a contemporaneidade. Deste modo, com a finalidade de obter-se uma pesquisa mais específica, tomar-se-á a Suécia como o objeto de estudo desta dissertação, buscando entender as problemáticas enfrentadas pelo modelo econômico sueco diante do cenário internacional globalizado, destacando as questões tradicionais de bem-estar, como saúde, educação, desemprego e desigualdade.

Assim, o presente estudo busca analisar o sistema político-econômico da Suécia, abordando as implicações da conjuntura mundial do século XXI provinda do processo de globalização para a sustentabilidade desse modelo. Deparado com desafios como a crescente desigualdade social no país, o aumento de imigrantes e a popularização do neoliberalismo econômico e do conservadorismo, entre outros fatores, observa-se o desafio do Welfare State se manter intacto perante o surgimento de novas problemáticas complexas.

À escolha deste tema se atribui relevância devido ao fato de o Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social ser considerado um exemplo de sistema a ser seguido por outros países. Como observado inúmeras vezes, os países situados no norte europeu se destacam nos rankings mundiais como as populações mais felizes do mundo, as menos desiguais, com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), menos corruptas. No Índice de Desenvolvimento Humano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Suécia se destaca em 7º lugar, acompanhada das demais nações nórdicas; No Relatório de Felicidade Mundial de 2021, o país ficou colocado em 6º lugar. De acordo com o Índice de Percepção de Corrupção 2020 da Transparência Internacional, a Suécia ocupou a 5ª posição. A estes resultados, muito se é creditado ao sistema de sociedade nórdico, sustentado pelo notório modelo de bem-estar social. Por conseguinte, o futuro desse modelo econômico se demonstra como uma temática que necessita ser analisada perante a eclosão de obstáculos ao seu funcionamento (FERREIRA, 2021; FREIRE, 2020; IQBAL; TODI, 2015; TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2020).

A pesquisa a ser realizada para esta dissertação será norteada pela seguinte pergunta: Como o sistema de Estado de bem-estar social da Suécia tem sido afetado pelo cenário internacional globalizado? O objetivo geral desta pesquisa, por sua vez, busca entender como o panorama internacional globalizado implica diversas consequências ao Modelo Nórdico, especialmente na Suécia. Ademais, concebem-se os seguintes objetivos específicos: 1) Apresentar o Estado de bem-estar social sueco e as conjunturas internacional e doméstica que proporcionaram a gênese desse sistema; 2) apresentar os conceitos de globalização e da Economia Política Internacional para compreender o sistema de Estado de bem-estar sueco; e 3) Discorrer acerca das implicações da conjuntura proveniente globalização para o Estado de bem-estar social sueco nos âmbitos político, econômico e social.

O presente estudo se trata de uma pesquisa de caráter descritivo, visto que busca apresentar, analisar e interpretar características do objeto de estudo, sem interferência do autor. Segundo Perovano (2014), o método de pesquisa descritiva visa à identificação, registro e análise de características, fatores ou variáveis que se relacionam com um fenômeno ou processo. Logo, este estudo discorre acerca das características do fenômeno da globalização e relaciona-o com a conjuntura política e econômica da Suécia, apontando seus impactos na continuidade do modelo de bem-estar social do país escolhido.

Ademais, como citado anteriormente, o objetivo principal deste estudo busca compreender a maneira pela qual o cenário internacional globalizado gera efeitos no Modelo Nórdico, com enfoque na Suécia. Nesse sentido, já discutido que a pesquisa tratará de analisar um fenômeno, considerando seu contexto e suas variáveis, o método de coleta de informações trata-se de um estudo de caso, no qual se tomará maior conhecimento acerca do processo de globalização e suas implicações para o modelo político-econômico sueco, apresentando também o impacto desse fenômeno para a sociedade do país.

Logo, essa dissertação está dividida em três seções, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo será realizada uma revisão histórica do conceito de Estado de Bem-Estar Social, buscando melhor entender como, e em que contexto, esse modelo de atuação estatal emerge, além de visar elucidar o leitor acerca da ramificação do Estado de bem-estar que será objeto desse estudo, o Modelo Nórdico e, mais especificamente, o modelo sueco; O segundo capítulo, por sua vez, tratará de compreender, a partir da Economia Política Internacional, o papel do Estado perante o processo da globalização, que também será definido nesta seção; O terceiro

capítulo buscará tratar dos desafios atuais do século XXI impostos ao Estado sueco, relacionando as problemáticas enfrentadas no contexto micro (nacional) com os acontecimentos e a conjuntura da esfera macro (internacional).

2 REVISÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Neste capítulo almeja-se recuperar a gênese do Estado de bem-estar social, visando estabelecer as origens desse modelo. Ademais, busca-se compreender como os Estados nórdicos, especialmente a Suécia, concebem esse sistema político, evidenciando a conjuntura em que estão inseridos.

2.2 O Estado de Bem-Estar Social: o conceito desde sua criação

Para melhor entender o sistema político-econômico sueco, é preciso tomar conhecimento do processo de formação do Estado de Bem-Estar Social. Na Europa Ocidental, os primeiros pilares da proteção social se desenvolveram no final do século XIX, entretanto, o Estado de bem-estar social moderno, como é entendido hoje, teve origem no início dos anos 1940 e se desenvolveu especialmente no período pós-guerra (STEFAN, 2015; ANDERSEN, 2012).

Muito se é questionado acerca da origem, de fato, do Estado de Bem-Estar Social. Embora o termo esteja fortemente atrelado ao Reino Unido, através de uma revisão da literatura sobre o assunto denota-se que os "pais fundadores" do conceito de Estado de Bem-Estar Social são, em vez disso, a Alemanha. Petersen e Petersen (2013) afirmam que os vários livros e estudos que analisaram com maior profundidade a história dos Estados de bem-estar na Europa (principalmente Reino Unido e Alemanha) atribuíram a paternidade do termo à década de 1880 (PETERSEN; PETERSEN, 2013).

Os autores traçaram as origens históricas do agora estabelecido e popular termo "Estado de bem-estar", analisando que este fora usado pela primeira vez (como "*Wohlfahrtsstaat*") na Alemanha em 1844, 35 anos antes do que é reconhecido pela literatura do Estado de bem-estar social existente, e sendo usado como uma forma de descrever a infraestrutura constitucional do Estado moderno, bem como uma forma de descrever o propósito do Estado nacional. No entanto, foi somente no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 que o conceito foi usado em debates políticos, tendo sua primeira aparição no debate entre os oponentes do sistema de Weimar e os social-democratas alemães sobre o sistema de seguridade social da República de Weimar. Enquanto o termo *Wohlfahrtsstaat* caiu em desuso na Alemanha após a conquista nazista em 1933,

a ideia de um *welfare state*¹ foi usada na Grã-Bretanha desde o final dos anos 1920 e durante os anos 1930 por acadêmicos proeminentes e influentes (PETERSEN; PETERSEN, 2013).

Na Alemanha, o termo *Wohlfahrtsstaat* foi politicamente esquecido após 1945, e *Sozialstaat*² ou *Soziale Marktwirtschaft*³ tornaram-se os termos dominantes (KAUFMANN, 2001 apud PETERSEN; PETERSEN, 2013). Enquanto isso, na Grã-Bretanha, o termo *welfare state* se tornou cada vez mais popular depois de 1945, desfrutando de um avanço genuíno nos anos 1949 a 1951 para descrever o Trabalhismo na Grã-Bretanha pós-Segunda Guerra Mundial, gozando, entretanto, de um significado diferente do dominante no período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial. (BRIGGS, 1961; PETERSEN; PETERSEN, 2013; STEFAN, 2015).

Segundo Andersen (2012), Otto von Bismarck foi o primeiro a introduzir o seguro social obrigatório na década de 1880. No intitulado "Estado de bem-estar social bismarckiano", esses seguros eram financiados principalmente por contribuições sociais pagas pelos trabalhadores e seus empregadores. Segundo Esping-Andersen (1990), um termo usado para caracterizar o modelo bismarckiano seria "corporativista", o que se refere ao princípio de que os direitos dependem de contribuições, logo, existe reciprocidade entre contribuições e direitos. Assim, evidencia-se o fato de que esse sistema não visava à igualdade ou ao universalismo, mas apenas à segurança (ANDERSEN, 2012; ESPING-ANDERSEN, 1990).

A estratégia de Bismarck visava dois objetivos políticos em termos de estratificação. O primeiro era consolidar as divisões desiguais entre os trabalhadores através de programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e status, cada qual com um conjunto particular de direitos e privilégios. O segundo objetivo era vincular as lealdades do indivíduo diretamente ao poder estatal através da garantia dos benefícios, destacando os privilégios dados para o funcionalismo público como um meio de recompensar a lealdade e demarcar o status social singularmente elevado dessa parcela populacional (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Não existe uma definição padrão amplamente aceita do Estado de bem-estar, mas a grande maioria dos acadêmicos associam-no com o papel ativo do Estado na segurança e nos serviços sociais, que são oferecidos por meio de instituições ou, como é evidenciado pela definição do Dicionário Oxford, com um sistema em que o Estado busca salvaguardar a saúde e o bem-estar de seus cidadãos, especialmente aqueles com necessidades financeiras ou sociais, por meio de várias

¹ "Estado de bem-estar social", em inglês (PETERSEN; PETERSEN, 2013).

² "Estado social", em alemão (KAUFMANN, 2001 apud PETERSEN; PETERSEN, 2013).

³ "Economia de mercado social", em alemão (KAUFMANN, 2001 apud PETERSEN; PETERSEN, 2013).

formas de subsídios, pensões ou outros benefícios sociais (PETERSEN; PETERSEN, 2013; STEFAN, 2015).

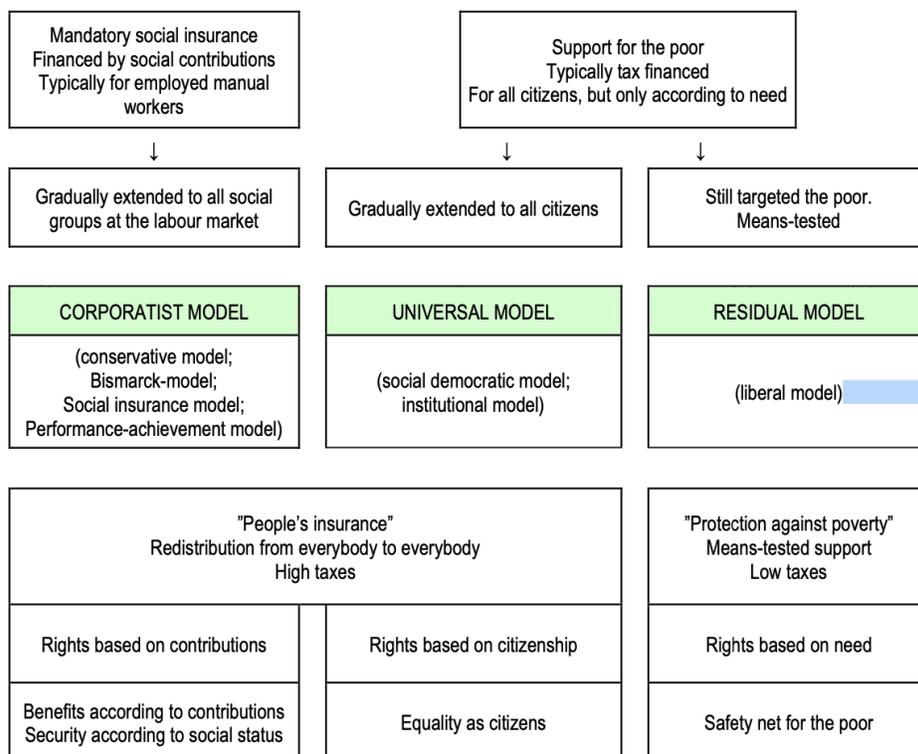
Em relação à experiência britânica de definir o termo, este foi usado para cobrir mudanças sociais e econômicas. Entre as mudanças sociais, a demanda por segurança social mais abrangente foi associada à demanda por maior igualdade de oportunidades, principalmente por meio da reforma educacional. As mudanças econômicas, por sua vez, foram aquelas que pareciam acarretar consequências sociais diretas e imediatas, destacando a abolição da pobreza e do desemprego (BRIGGS, 1961).

Andersen (2012) afirma que Briggs (1961) melhor captou a essência do termo quando disse que o Estado de bem-estar social é um Estado em que o poder organizado é deliberadamente usado (por meio da política e da administração) para mudar os resultados da ação das forças de mercado em pelo menos três direções: (1) garantir aos indivíduos e famílias uma renda mínima independente do valor de mercado de seu trabalho e de sua riqueza; (2) reduzir a insegurança, permitindo que indivíduos e famílias usufruam de direitos provindos de certas contingências sociais, como invalidez, velhice e desemprego; e (3) garantir que todos os cidadãos, independentemente do status ou classe, receberão os melhores padrões disponíveis em relação a um conjunto particular de serviços sociais acordados (ANDERSEN, 2012; BRIGGS, 1961).

Segundo Andersen (2012), em suma, o Estado de bem-estar social modifica o impacto do mercado ao fornecer algum tipo de garantia mínima (mitigar a pobreza e a vulnerabilidade social), cobrindo uma gama de riscos sociais e fornecendo certos serviços (como saúde, puericultura, serviços de cuidado a idosos etc.) nos melhores padrões disponíveis. Por conseguinte, os Estados de bem-estar social diferem no que diz respeito ao seu nível de ambição e à combinação dos aspectos citados: a cobertura pode incluir uma ampla ou estreita gama de riscos e serviços, e o "mínimo" fornecido pelo Estado pode visar apenas o alívio da pobreza ou ter como objetivo proporcionar igualdade entre os cidadãos (ANDERSEN, 2012).

As contribuições de Esping-Andersen (1990) mostram-se fundamentais para o estudo dos Estados de bem-estar social ao contribuir à teoria do *welfare state* moderno com a distinção desse modelo em três modelos de bem-estar: os modelos corporativista, universal e residual, descritos na figura abaixo.

Figura 1 - Os três modelos de bem-estar: corporativista, universal e residual



Fonte: Esping-Andersen, 1990.

Um ponto crucial da teoria do Estado de bem-estar moderno é que os Estados de bem-estar não diferem apenas em relação aos níveis de gastos públicos, mas ainda mais em termos institucionais: quais são os princípios subjacentes de solidariedade por trás das regras de elegibilidade (quem deve receber apoio) e direitos (quanto), evidenciados na figura 1 (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Por mais que alguns autores remetam a gênese dos sistemas de proteção social do Estado de bem-estar social ao período do chanceler alemão Otto von Bismarck, não significa que há um pleno consenso acordado. Vale-se evidenciar que vários problemas sociais foram sanados em países europeus antes da legislação social de Bismarck, a partir do século XVI, especialmente no Reino Unido (BRIGGS, 1961; STEFAN, 2015).

Também deve-se ser acrescentado que as primeiras iniciativas tomadas para ajudar a classe menos favorecida, chamada "leis dos pobres", estão atreladas a um contexto de dificuldades sociais, especialmente durante o século XIX, quando as questões da pobreza, crescimento populacional, urbanização e industrialização se tornaram mais eminentes. A experiência da guerra também se

denota tão primordial quanto o apelo socialista para determinar a praticabilidade e a popularidade da introdução de propostas abrangentes de bem-estar (BRIGGS, 1961; STEFAN, 2015).

Segundo Freitas (2014), de forma geral, as guerras estimulam o movimento dos Estados em direção ao bem-estar social através de benefícios para amenizar a baixa do emprego, a saúde precária e a produção de bens e alimentos paralisada em prol da indústria bélica. Ademais, o conhecimento de que grandes quantias de dinheiro, arrecadadas por meio de impostos em um nível sem precedentes, estavam sendo usadas para guerrear levou à conclusão de que quantias menores de dinheiro poderiam produzir um Estado de bem-estar em tempos de paz. Logo, as causas do Estado de bem-estar, a partir da *Sozialpolitik* do século XIX, encontram-se, portanto, em fenômenos muito mais gerais do que os programas do Partido Trabalhista britânico ou a incitação da "consciência liberal" britânica (BRIGGS, 1961; FREITAS, 2014).

Além dos autores que buscam entender a criação do Estado de bem-estar social, temos autores que buscam analisar esse processo através do institucionalismo e do funcionalismo. Os institucionalistas possuem duas contribuições gerais sobre o desenvolvimento do Estado de bem-estar. Segundo essa corrente teórica, Estados fortes produzem Estados de bem-estar social fortes, sendo a força do Estado definida em termos de capacidades administrativas governamentais e coesão institucional, e a grande amplitude de recursos administrativos e financeiros facilitam a construção de políticas sociais expansivas. Assim, pode-se concluir que onde a autoridade política é fragmentada, certamente a criação de legislações sociais pode ser obstruída por parcelas populacionais não-concordantes (PIERSON, 1996).

Com o passar dos anos, os métodos tradicionais usados para lidar com os problemas sociais tornaram-se inadequados e os esforços das autoridades para melhorar as condições de vida dos indivíduos tornaram-se insuficientes (MARSH, 1980 apud STEFAN, 2015). Durante a segunda metade do século XIX, dois fatores contribuíram para mudar o papel e a responsabilidade do Estado-Nação de garantir o bem-estar dos cidadãos (RIMLINGER, 1971 apud STEFAN, 2015).

O processo de industrialização mudou significativamente o debate sobre a natureza dos problemas sociais e a percepção da pobreza. Passara a existir uma nova compreensão do desemprego e da evolução do ciclo econômico, o que levou a repensar toda a noção de bem-estar e, em particular, as consequências sociais do desenvolvimento econômico. Ademais, o aumento da importância das questões sociais, inerente ao processo de industrialização, foi um impulso em direção aos direitos sociais e políticos, após os trabalhadores começarem a se perceber como um

“corpo único” em virtude de os movimentos trabalhistas terem ganho maior importância (BRIGGS, 1961; STEFAN, 2015).

Segundo Wilensky e Lebaux (1958 apud ANDERSEN, 2012), os funcionalistas acreditam que o desenvolvimento do Estado de bem-estar social está intrinsecamente ligado à economia de mercado, à industrialização e à modernização. Esse modelo político-econômico alivia a desigualdade e a insegurança da sociedade capitalista moderna, mantendo a coesão social ao atender a essas necessidades e, logo, está ligado ao surgimento de uma classe trabalhadora industrial, sua organização em sindicatos e partidos social-democratas, e a alianças de classe e partidos com a classe média. Nesta perspectiva de recursos de poder, o Estado de bem-estar é um produto de conflitos de interesse, mais especificamente, da luta de classes e alianças de classes (ESPING-ANDERSEN, 1990; KORPI, 1974, 1980, 1983 apud ANDERSEN, 2012).

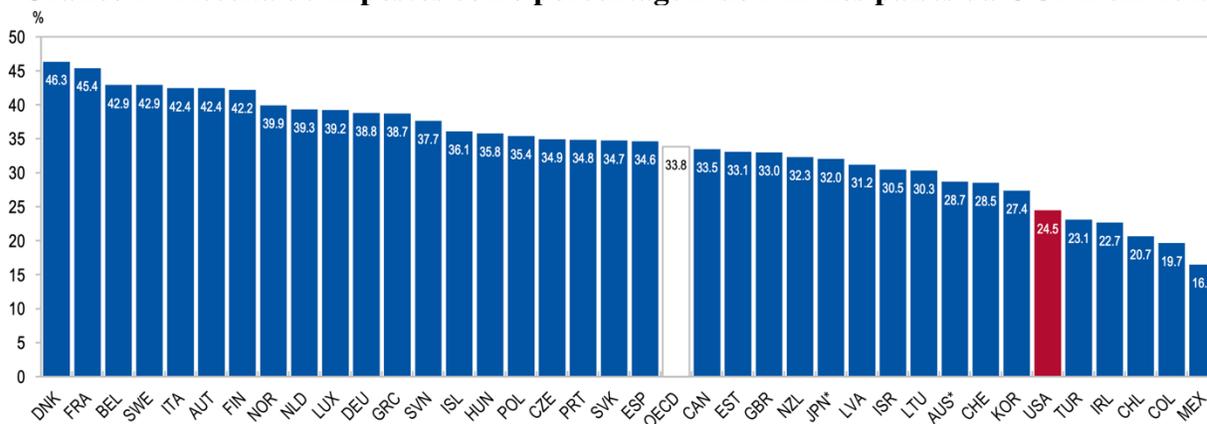
Segundo Esping-Andersen (1990), nas sociedades pré-capitalistas, poucos trabalhadores dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Entretanto, quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Desse modo, despojar a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização dos assalariados. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica na desmercadorização desses indivíduos, que ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Outro fator contribuinte para o aprimoramento do Estado de bem-estar social fora a criação e o desenvolvimento dos escritórios nacionais de estatística durante a última metade do século XIX na Europa, o que fortaleceu a capacidade do Estado de coletar informações e monitorar a evolução socioeconômica. Esses dados, portanto, tinham a finalidade de serem usados para desenvolver políticas públicas mais informadas e adequadas aos problemas sociais cada vez mais complexos e particulares (STEFAN, 2015).

Segundo Briggs (1961), no final do século XIX e início do século XX, houve uma reação geral contra as tentativas de manter sistemas de mercado autorregulados. Esta reação foi descrita de várias maneiras como "o declínio do liberalismo", "o advento do coletivismo" e "a ascensão do socialismo". A proteção social e as provisões sociais realizadas pelos governos nacionais foram gradualmente expandidas para um conjunto mais amplo de riscos e serviços. A cobertura dos

sistemas de proteção social fora expandida à maior parte da população, enquanto o nível de serviços sociais prestados através dos regimes nacionais de proteção social ultrapassou a linha da subsistência. Conseqüentemente, o aumento da intervenção governamental causou um aumento no nível de tributação, representando atualmente quase a metade do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países europeus, como evidenciado no gráfico abaixo (ANDERSEN, 2012; BRIGGS, 1961).

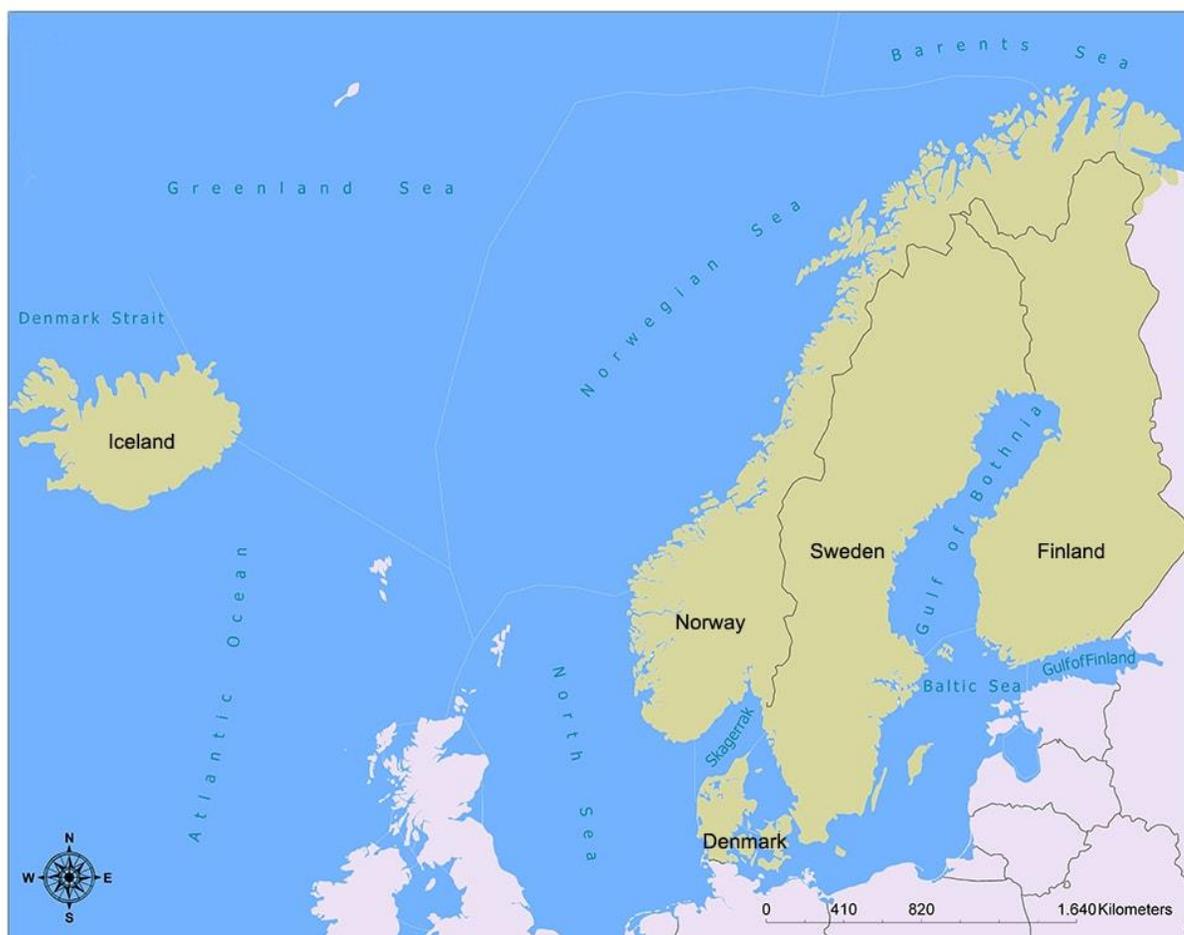
Gráfico 1 - Receita de impostos como porcentagem do PIB nos países da OCDE em 2019



Fonte: OECD, 2020.

Em relação ao Modelo Nórdico de bem-estar social, o qual é o objeto de estudo deste trabalho, vale-se ressaltar que os países nórdicos, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia (apresentados geograficamente na Figura 2), constituem cinco Estados independentes que não apresentam nenhuma forma de união política (exceto pelo Conselho Nórdico) ou econômica de qualquer tipo. Entretanto, são frequentemente vistos como uma entidade coletiva quando observados de uma perspectiva macro. Com um enfoque na uniformidade e diversidade simultaneamente, o Modelo Nórdico pode ser entendido como a base para os cinco regimes políticos distintivos dos Estados situados no norte europeu, evidenciando a necessidade de serem analisados separadamente (PETERSEN, 2006).

Figura 2 - Mapa geográfico dos países nórdicos



Fonte: Mappr, 2021.

Stråht, em 1993, observou que o conceito "Modelo Nórdico" só foi usado a partir da década de 1980. Entretanto, é possível argumentar que os envolvidos na cooperação política e social nórdica olharam para o que desenvolveram como um modelo. O período de 1919, com o início das Reuniões Nórdicas de Política Social, até o estabelecimento da Convenção Nórdica de Segurança Social em 1955, pode ser observado como palco para o desenvolvimento em direção a uma cidadania social nórdica comum, ou um modelo nórdico de bem-estar social (PETERSEN, 2006).

Esse modelo, baseado nos princípios de igualdade de oportunidade, equidade na distribuição de renda e na responsabilidade pública para com os cidadãos incapazes de gozar das provisões mínimas para uma vida digna, acaba por ganhar mais atenção no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, é possível distingui-lo de outros modelos de Estados de bem-estar por

seu enfoque na participação da força de trabalho, promoção da igualdade de gênero, benefícios extensivos e igualitários e redistribuição de renda (ESPING-ANDERSEN, 1990; PETERSEN, 2006).

Desta forma, a criação do Estado de bem-estar social foi revisitada, abordando a desde os princípios de proteção social no século XIX até à estabilização da ramificação nórdica deste sistema. Ademais, tratar-se-á mais especificamente do caso sueco, discorrendo-se acerca dos cenários doméstico e internacional que proporcionaram a instituição do modelo sueco.

2.2 Suécia: de Nação agrária a potência industrial

Em relação ao caso sueco e seu processo de estabelecer seu Estado de bem-estar social, Rojas (2005) pode melhor descrever o efeito do modelo sueco e sua atratividade para com os pesquisadores das mais diversas áreas de estudo:

Poucos experimentos sociais atraíram a imaginação de políticos e estudantes de economia política como o ‘modelo sueco’. Para as sucessivas gerações da centro-esquerda em busca de sua própria “Terceira Via”, a Suécia era uma espécie de paraíso. Este exótico país nórdico era uma espécie de utopia da vida real, um país idílico, cheio de gente bonita com um governo social-democrata que funcionava, uma Nação que combinava altas taxas de crescimento econômico com níveis de igualdade sem precedentes (ROJAS, 2005, p. 4, tradução nossa).⁴

Logo, evidencia-se que o caso da Suécia é objeto de grande curiosidade e digno de subsequente estudo para melhor compreender-se como o país se desenvolveu tão rapidamente de uma Nação agrária até o Estado distintamente estruturado institucionalmente, sendo a mais longa e exitosa experiência de modelo social-democrata, unindo uma alta taxa de crescimento econômico, baixos níveis de desemprego, sindicatos poderosos e influentes e um dos Estados de bem-estar social mais extensos, abrangentes e redistributivos do mundo (ROJAS, 2005; PERSSON, 2008; PIERSON, 1996).

Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, como nos modelos de *welfare state* liberal e conservador, os social-democratas buscaram um modelo que promovesse o universalismo, a solidariedade e a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não apenas a provisão das

⁴ Texto original: “Few social experiments have caught the imagination of politicians and students of political economy like the ‘Swedish model’. To successive generations of the centre left searching for their own “Third Way” Sweden was something of a paradise. This exotic Nordic country was a kind of real-life Utopia, an idyllic country, full of beautiful people with a Social Democratic government which worked, a nation combining high rates of economic growth with unprecedented levels of equality.”

necessidades mínimas, como se procurou realizar em diversos outros países. Isso implicava, em primeira instância, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida de modo a garantir aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos (ESPING-ANDERSEN, 1990; VALOCCHI, 1992).

Visando melhor entender o processo gradual do desenvolvimento sueco, deve-se atentar a duas das características históricas mais distintas da Suécia: a posição central do campesinato e a autonomia local dada a ele, mesmo tendo em vista que o poder político estava centralizado em torno da monarquia. A Suécia pré-moderna era caracterizada pela liberdade dos camponeses e pela ausência de servidão ou tradição feudal. Era um país sem uma nobreza poderosa, cidades dominantes ou com uma classe média em expansão (ROJAS, 2005, VALOCCHI, 1992).

Durante o século XV, também havia assembleias tradicionalmente chamadas de *Riksdag*⁵, às quais os camponeses possuíam plena representação. A igreja, a monarquia e a nobreza nunca alcançaram o mesmo controle da sociedade, como na Europa continental, e o poder governante na Suécia era pequeno e dispunha de recursos econômicos comparativamente escassos, logo, nenhuma estrutura de servidão floresceu na Suécia e os camponeses puderam, portanto, desempenhar um papel importante na política (LINDKVIST, 1993 apud ROJAS, 2005).

É possível, por conseguinte, vincular a estrutura da sociedade nacional entre 1500 e 1800 diretamente com o surgimento do modelo sueco no século XX. O modelo sueco, sem dúvida, derivou muitas de suas características de uma sociedade agrária de pequena escala. Ao contrário dos demais países europeus, muitos camponeses na Suécia possuíam suas terras desde a época medieval e eram dotados de poder político através da participação no *Riksdag*, a partir do século XVI em diante. O principal conflito na sociedade, deste modo, dizia respeito às relações entre o governo nacional e os camponeses, e não entre os camponeses e a nobreza feudal ou o Estado e a classe média urbana (ROJAS, 2005; VALOCCHI, 1992).

A monarquia sueca apossou-se rapidamente do poder devido à ausência de quaisquer forças contrárias, como elites regionais ou uma nobreza significativa, permitindo que a Suécia se tornasse um Estado-Nação relativamente rápido. Em adição a uma classe camponesa livre, outro fator desenvolvimentista bastante significativa para a história sueca foi a criação estatal de instituições unificadoras e legitimadas (ROJAS, 2005; VALOCCHI, 1992).

⁵ Parlamento, em sueco; Órgão supremo de tomada de decisão da Suécia.

A estrutura política sueca da época desenvolveu-se por meio da fusão de instituições estaduais e locais em uma rede estrutural de poder que vai desde o conselho da aldeia local ao *Riksdag* e ao conselho do Rei, e foi essa rede que formou a “espinha dorsal” para o surgimento das instituições nacionais, dotadas de autoridade política e responsáveis por aspectos vitais da vida social, como assistência médica, educação e bem-estar social. Ao contrário das outras nações europeias, as novas instituições nacionais surgiram sem contestação e não tiveram de superar ou negociar com as estruturas ou grupos de interesse existentes, tornando um processo que poderia ser árduo e longo em algo que era visto como um consenso por todos (PIERSON, 1996; ROJAS 2005; VALOCCHI, 1992).

A ideia central da história sueca resume-se ao fato de que o setor público não emergiu de uma grande batalha entre uma sociedade civil que defendia sua independência e um Estado que se mostrava ignorante às preocupações da população. De maneira oposta, a cultura democrática sueca emergiu de uma tradição caracterizada pela liberdade do camponês sueco e sua participação política em nível local e nacional, juntamente com uma atitude expressamente pró-Estado fundada na aliança dos camponeses com a monarquia contra a nobreza. Assim, o movimento dos trabalhadores e a social-democracia conseguiram assumir o controle estatal em todos os níveis sociais: como Rei, na forma de partido no poder, e pessoas comuns, na forma de movimento popular (ROJAS, 2005; VALOCCHI, 1992).

Tendo entendido a base da estrutura política sueca, nota-se que o país passou por um período turbulento no século XIX, marcado pelo projeto desenvolvimentista nacional. A transformação da sociedade agrária sueca começou durante a segunda metade do século XVIII. As reformas de redistribuição de terras mudaram fundamentalmente tanto a organização econômica da agricultura quanto a estrutura social do campo. As aldeias foram desmembradas, os bens comuns foram divididos e privatizados, as técnicas de produção foram melhoradas e a economia monetária expandida. Isto coincidiu com uma rápida expansão demográfica, em resultado da qual a população da Suécia duplicou entre 1750 e 1850. Este processo resultou no aumento da mobilidade geográfica e social, bem como ao surgimento de uma subclasse no campo, que consistia em lavradores, escravos e trabalhadores temporários recrutados de famílias de camponeses em expansão (ROJAS, 2005).

O papel do Estado sueco durante este período pode ser interpretado como um modelo cujo, na literatura moderna desenvolvimentista, seria denominado de “Estado de desenvolvimento

autônomo”. O Estado apresenta, portanto, plena capacidade de executar um programa nacional de reformas de grande importância para a modernização econômica do país, visto que sua força e capacidade de ação tornaram-se instrumentos eficazes para a reforma e consequente avanço industrial da Suécia (ROJAS, 2005).

Portanto, o Estado concentrou seus esforços em duas tarefas imprescindíveis para o desenvolvimento de longo prazo da Nação: remodelar as instituições básicas do país e construir uma infraestrutura eficiente e um sistema educacional adequado. A mudança institucional começou com a legislação, que encorajou reformas na distribuição de terras e fomentou um comércio mais livre.

Em um campo após o outro, antigos monopólios, regulamentações e privilégios corporativos foram erodidos, de modo a abrir caminho para as instituições básicas da moderna economia de mercado: propriedade privada, liberdade de contrato e entrada mais fácil no mercado. O processo começou durante a década de 1830 com a liberalização do transporte marítimo e da mineração, culminando em 1864 com o desaparecimento dos últimos entraves à liberdade de comércio e empresa (ROJAS, 2005, p. 15, tradução nossa).⁶

Os esforços de infraestrutura, por sua vez, se concentraram principalmente em dois setores importantes. Em primeira instância, a construção de um sistema de transportes e comunicações moderno por meio de construção de canais, investimentos em estradas, desenvolvimento dos correios e das ferrovias. Da mesma forma, houve a implementação de um sistema de ensino considerado revolucionário na época, formado por um ensino básico obrigatório e por um conjunto de escolas técnicas e diversas instituições de ensino superior, responsáveis por conduzir gerações de trabalhadores altamente qualificados, indispensáveis para o futuro industrial sueco da virada do século XIX (ROJAS, 2005).

Com a industrialização, então, pôde-se notar, entre o período de 1860 e 1910, algumas mudanças importantes na sociedade sueca. A população rural decaiu em mais de um décimo, os salários cresciam em torno de 25% por década, totalizando 170% durante o tempo observado, e a expectativa de vida da população aumentou de 55 para 67 anos. Junto à eclosão da Primeira Guerra

⁶ Texto original: “In one field after another, old monopolies, regulations and corporate privileges were eroded, so as to make way for the basic institutions of the modern market economy: private ownership, freedom of contract, and easier market entry. The process began during the 1830’s with the liberalisation of shipping and mining, culminating in 1864 with the disappearance of the last impediments to freedom of trade and enterprise.”

Mundial, percebe-se que as condições de vida do povo sueco haviam melhorado como nunca (ROJAS, 2005).

Por conseguinte, o rápido avanço industrial do país criou as diretrizes para um fenômeno turbulento na sociedade sueca, um processo de urbanização frenético. A população sueca estava mudando não apenas seu modo de produção, mas também todo o seu modo de vida. Evidencia-se, no meio deste movimento, o surgimento de um ideal sueco de construir o *folkhemmet*⁷, que estava a moldar o futuro do sistema político-econômico da Nação:

Na necessidade de reformas e nas demandas da nova era de mudança, nesta remodelação cataclísmica da Suécia e da suecidade, havia também espaço para sonhos de uma vida radicalmente nova - uma vida livre de aflições materiais, conflitos de classe, opressão, injustiça e divisões sociais, e uma nova comunidade de iguais capaz de recriar em um plano superior o tipo de solidariedade, proximidade e segurança perdida com a dissolução da Suécia agrária (ROJAS, 2005, p. 19, tradução nossa).⁸

Logo, a busca pela nova Suécia começou paralelamente aos processos de industrialização e urbanização, provindos da modernidade.

Padrões de vida, estruturas organizacionais e sistemas de valores novos e sustentáveis, estes deveriam ser a contribuição do *folkhemmet* para a construção da sociedade sueca moderna. O *folkhemmet* deveria oferecer uma nova ordem na desordem moderna, uma comunidade revivida em uma época de rápida mudança social, um senso de pertencimento no meio de um processo que estava desfazendo implacavelmente todos os velhos laços e lealdades. *Folkhemmet* ofereceu uma "suedificação" das forças indomadas da modernidade, uma modernização da suecidade. Era um povo agrário livre, mas fortemente coletivista e igualitário que buscava um futuro entre as luzes da cidade, e esse povo deveria, de forma natural, se voltar para a alternativa política prometendo uma combinação de união e modernidade, dos avanços materiais da vida moderna com a segurança coletiva da vida antiga (ROJAS, 2005, p. 20, tradução nossa).⁹

Um dos mitos mais difundidos a respeito do Estado de bem-estar social sueco contemporâneo é a crença ingênua de que o crescimento industrial do país produziu um bem-estar

⁷ Nome dado ao Estado de bem-estar social sueco, que surge no século XX (ROJAS, 2005).

⁸ Texto original: "In the necessity of reforms and the demands of the new age for change, in this cataclysmic remoulding of Sweden and Swedishness, there was also room for dreams of a radically new life – a life free from material distress, class conflicts, oppression, injustice and social divisions, and a new community of equals capable of recreating on a higher plane the type of solidarity, proximity and security lost through the dissolution of agrarian Sweden."

⁹ Texto original: "New and sustainable patterns of life, organisational structures and value systems, these were to be *folkhemmet*'s contribution to the construction of modern Swedish society. *Folkhemmet* was to offer a new order in the modern disorder, a revived community in a time of rapid social change, a sense of belonging in the midst of a process, which was relentlessly undoing all the old ties and loyalties. *Folkhemmet* offered a 'suedification' of the untamed forces of modernity, a modernisation of Swedishness. It was a free but strongly collectivist and egalitarian agrarian people who were looking for a future among the city lights, and this people were, in a natural way, to turn to the political alternative promising a combination of togetherness and modernity, of the material advances of modern living with the collective security of the old life."

generalizado como um fenômeno natural. Na verdade, o desenvolvimento do Estado de bem-estar social sueco foi resultado de decisões político-ideológicas tomadas pelos social-democratas e outros reformistas durante as décadas marcadas pelo período de industrialização e modernização política da Suécia desde 1900. Como porta-vozes políticos do crescente proletariado industrial sueco, os líderes social-democratas decidiram trabalhar dentro do sistema socioeconômico e jurídico existente na busca pela mudança social. Isso consistiu, em primeira instância, na democratização do sistema político sueco, destacando a mudança do sistema de sufrágio limitado de acordo com a renda individual para um sistema de sufrágio universal e, em segundo lugar, a expansão do papel do governo como engenheiro econômico e social (HANCOCK, 1977; VALOCCHI, 1992).

A social-democracia estabeleceu-se na Suécia no final do século XIX e adotava uma política intervencionista, porém não totalitária do Estado, pautada na adoção do reformismo parlamentar e social como estratégia dominante em relação à igualdade e ao socialismo, baseando-se em dois argumentos. O primeiro dizia respeito aos trabalhadores e suas necessidades de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas. A segunda alegação era a de que a política social não é apenas emancipadora, mas é também uma pré-condição fundamental para a eficiência econômica (MYRDAL; MYRDAL, 1936 apud ESPING-ANDERSEN, 1990; PERSSON, 2008).

A estratégia social-democrata consistia, então, da premissa de que a política social resultaria em mobilização de poder. Ao suavizar e erradicar a pobreza, o desemprego e a total dependência do salário por parte da população, o Estado de bem-estar social diminuiu a desigualdade social e incrementa as capacidades políticas, visando a união política dos trabalhadores suecos. Assim, esse modelo político é posto em evidência como um exemplo do debate moderno do *welfare state* de que a mobilização das classes no parlamentarismo é um meio para o sucesso dos ideais igualitários e socialistas (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Pouco tempo após sua derrota nas eleições, o *Socialdemokratiska Arbetarpartiet* (SAP) – Partido dos Trabalhadores Social-democratas – partido símbolo da social-democracia sueca, sob a direção de Per Albin, entrou em um processo de transformação, resultando em um partido que era ideológica e organizacionalmente muito mais uniforme após a década de 1930, o que garantiu o mantimento do poder estatal pelo partido por mais de quatro décadas consecutivas, de 1932 até 1976 (PERSSON, 2008; SCHÜLLERQVIST, 1992 apud ROJAS, 2005). Em relação à mudança

ideológica, esse passou de um partido que representa um interesse de um grupo particular da sociedade para um partido nacional, capaz de se apresentar como o portador de um projeto nacional de grande dimensão, que seria a concretização do *Folkhemmet*, nome dado ao Estado de bem-estar social sueco (ROJAS, 2005).

Como afirma Valocchi,

[...] o partido social-democrata, agindo como o representante político da classe trabalhadora industrial, assume o papel central. Equipado com valores socialistas de igualdade, solidariedade e eficiência, um compromisso com a política parlamentar e laços estreitos com o movimento sindical, o partido social-democrata chegou ao poder em 1932 e passou a reformular a política social consistente com seus valores e vencer as eleições. O resultado foi o universalismo, o financiamento tributário progressivo e a abordagem preventiva ao desemprego (VALOCCHI, 1992, p. 191, tradução nossa).¹⁰

Assim, após a ascensão dos social-democratas ao poder político de longo prazo em 1932 e seu subsequente sucesso em iniciar um programa abrangente de reformas sociais e educacionais, jornalistas e cientistas sociais ocidentais passaram a celebrar o sistema sueco como um "meio-termo entre o capitalismo e o socialismo, um modelo para o mundo" e a "sociedade mais moderna do mundo", segundo Hancock (1977). O conceito do *Folkhem*, traduzido do sueco para "lar do povo", chegou à Escandinávia no início do século XIX, sendo o mais antigo uso da palavra no sentido de sociedade podendo ser datado do ano de 1906, segundo Götz (2004) (GÖTZ, 2004; HANCOCK, 1977).

Isso exemplifica uma redefinição fundamental de toda a estratégia social-democrata de poder. Em vez de atacar diretamente o núcleo do sistema capitalista, como fazia há anos, o partido se estabeleceu em um período de guerra, em que o poder dos capitalistas e das classes superiores iria ser sistematicamente limitado. A política social e a expansão e monopólio do setor público nesse campo passaram, assim, a desempenhar um papel central na estratégia de mudança, que no futuro caracterizaria o exercício do poder social-democrata (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

Desta forma, o partido optou por um acordo histórico com a empresa sueca. As empresas capitalistas, adversário clássico dos socialistas, passou a ser cada vez mais vista como um parceiro útil, proprietárias de excelente maquinário para produzir a riqueza material que o Estado poderia,

¹⁰ Texto original: “[...] the Social Democratic party, acting as the political representative of the industrial working class, takes center stage. Equipped with socialist values of equality, solidarity, and efficiency, a commitment to parliamentary politics, and close ties to the trade union movement, the Social Democratic party came to power in 1932 and proceeded to refashion social policy consistent with both its values and winning elections. The outcome was universalism, progressive tax financing and preventive approach to unemployment.”

então, tributar em busca de seus próprios objetivos de política social, e da qual os trabalhadores também poderiam se beneficiar por meio de constantes melhorias salariais. Isso lançou as bases do chamado modelo sueco, a combinação de um Estado de bem-estar social expansivo aliado de grandes corporações de sucesso e um poderoso movimento sindical. Como modo de entender o sucesso estrondoso do modelo sueco no século XX, destaca-se os elogios dados por Willy Brandt, então chanceler da Alemanha Ocidental na década de 1960, que expressou publicamente sua admiração a combinação sueca de economia público-privada e serviços de bem-estar como um modelo para encorajar o crescimento e minimizar o conflito de classes em outras sociedades industriais. (HANCOCK, 1977; ROJAS, 2005; VALOCCHI, 1992).

Em contrapartida, o jornalista sul-africano Roland Huntford proferiu suas críticas à burocracia sueca e ao compromisso social-democrata com a igualdade por constituírem a base de um "novo totalitarismo". Visando um melhor entendimento desta importante crítica ao modelo sueco, Rojas (2005) é preciso em sua definição dos primórdios do *welfare state* da Suécia como um "Estado tutorial" monopolístico, aquele que não apenas dá as condições básicas para os cidadãos, mas exclui uma série de atores sociais e econômicos que podem criar uma sociedade de bem-estar que garanta aos seus cidadãos uma base sólida de igualdade e segurança social combinada com uma verdadeira liberdade de escolha. Portanto, percebe-se que o Estado de bem-estar social sueco concedeu a cada cidadão um nível relativamente alto de bem-estar em troca de uma falta de liberdade de escolha (HANCOCK, 1977; ROJAS, 2005).

Para melhor compreender a importância do *folkhem* para a população sueca, destaca-se, segundo Götz (2004), o mais famoso discurso do ex-primeiro-ministro, Per Albin Hansson, em 1928:

Em ocasiões especiais e mesmo cotidianas, costumamos falar da sociedade - o Estado, o município - como nossa casa comum, a casa do povo (*folkhemmet*), a casa cívica... As bases da casa são a comunidade e o sentimento de pertencimento. A boa casa não conhece privilegiados e desfavorecidos, favoritos e enteados. Ninguém ali menospreza o outro, ninguém tenta tirar vantagem às custas dos outros, o forte não oprime o fraco. No bom lar prevalecem a igualdade, a consideração, a cooperação e a disponibilidade. Aplicado à grande casa do povo e dos cidadãos, isso significaria a quebra de todas as barreiras sociais e econômicas que agora dividem os cidadãos em privilegiados e desfavorecidos, governantes e dependentes, ricos e pobres, proprietários e empobrecidos, exploradores e explorados (HANSSON, 1928, p. 227-234 apud ROJAS, 2005, p. 23, tradução nossa).¹¹

¹¹ Texto original: "On special and indeed on everyday occasions, we often speak of society – the state, the municipality – as our common home, the people's home (*folkhemmet*), the civic home... The foundations of the home are

Logo, três concepções foram consolidadas de forma inovadora: a sociedade sem classes, o lar e o país de origem. O *Folkhemmet* é apresentado como a promessa de um tipo novo e superior de identidade nacional, fundada na capacidade do industrialismo de gerar riquezas materiais, mas sob um sistema social completamente novo, racional, planejado, harmonioso e igualitário. Esse sistema político, da mesma forma, predica o bom poder governante, que administra o Estado criador das pré-condições para uma vida boa e orientador dos cidadãos em direção a ela (ROJAS, 2005).

Um fator imprescindível para a consolidação e conseqüente mantimento do *welfare state* foi o papel da classe média no apoio ao regime. O modelo escandinavo baseou-se quase inteiramente na capacidade da social-democracia de proporcionar benefícios correspondentes aos gostos e expectativas das classes médias, ainda assim preservando o universalismo de direitos. Na verdade, ao expandir os serviços sociais e o emprego público, o *welfare state* participou de forma direta na constituição de uma classe média instrumentalmente dedicada social-democracia, visando o mantimento do modelo a longo prazo (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Foi por meio dessa resposta popular que os anos 30 adquiriram seu caráter essencial de confiança entusiástica no futuro, com a caracterização da Suécia como um país-modelo e a atribuição do caráter hegemônico que a imagem do *folkhem* conquistou na social-democracia. Desta forma, nota-se que os planos estrondosos dos planejadores e engenheiros sociais social-democratas para a elaboração de uma comunidade moderna e igualitária, garantida pelo Estado e respaldada pela ciência, não iam de oposição à vontade do povo, o que contribuía fortemente para o cenário consensual da época de forte apoio aos social-democratas (GÖTZ, 2004; ROJAS, 2005). Esta, como Jonas Frykman escreve em sua contribuição para a *Försvenskningen av Sverige*, foi:

[...] a idade de ouro da crença na capacidade de um governo forte e autônomo para dirigir a economia do país, administrar seu povo e contar com os cientistas para trabalhar os fundamentos do programa de reforma [...] No forte Estado de bem-estar social que foi construído, aqueles que antes eram camponeses, trabalhadores ou escriturários passaram a ser suecos; os indivíduos deveriam ser lavados, higienizados, modernizados e exercitados longe dos antigos coletivos e, assim, ajustados, integrados à nova sociedade como cidadãos. (FRYKMAN, 1993, p. 166-167 apud ROJAS, 2005, tradução nossa).¹²

community and the sense of belonging together. The good home knows no privileged and disadvantaged, no favourites and no stepchildren. None there looks down on any other, none tries to gain an advantage at the expense of others, the strong does not oppress and plunder the weak. In the good home, equality, consideration, cooperation, helpfulness prevail. Applied to the great home of the people and citizenry, this would signify the breaking down of all social and economic barriers which now divide citizens into privileged and disadvantaged, rulers and dependants, rich and poor, propertied and impoverished, exploiters and exploited.”

¹² Texto original: “[...] the golden age of belief in the ability of a strong, autonomous government to steer the country’s economy, administer its people and rely on the scientists to work out the basics of the reform programme [...] In the

Isto posto, o ar otimista dos anos trinta, seu entusiasmo pelo novo projeto do *Folkhemmet* e pela modernidade e o surgimento de uma nova identidade nacional pode parecer surpreendente tendo em vista as circunstâncias internacionais da época. A crise mundial de 1929, ocasionada pela crise de superprodução estadunidense que, sendo a principal potência econômica da época, acabou afetando as exportações e investimentos no mundo todo. A então ideologia política dominante, o Liberalismo, foi alvo de diversas críticas e o Estado foi obrigado, através do New Deal, a interferir na economia para garantir o pleno emprego, contrariando os ideais promovidos da época (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

Como resultado, obteve-se a criação de políticas que visavam grandes obras de infraestrutura, salário-desemprego e assistência aos trabalhadores, concessão de empréstimos etc. Com esta nova forma de atuação político-econômica estatal, os Estados Unidos se reergueram, retomando seu crescimento econômico de forma gradual. Além de ditar os passos para o progresso econômico, o New Deal norte-americano, fortemente influenciado pelo keynesianismo, também introduziu uma série de ações que buscavam convergir as questões econômicas e sociais. Ao disseminar esses ideais, surgiram as bases do *welfare state* (PERSSON, 2008).

Perante o cenário internacional instável, o governo sueco seguiu o que era uma política econômica bastante conservadora. Em relação às políticas sociais, foram implementadas reformas, como um sistema de pensões modificado e uma reforma do seguro-desemprego, assistência odontológica e à maternidade e empréstimos para construção civil. A cooperação entre a federação nacional do trabalho e a Associação Sueca de Empregadores, institucionalizada através do Acordo de Saltsjöbaden de 1938, também contribuiu muito para o desenvolvimento do conceito do *folkhem*, decretando a base da política trabalhista adotada no país. Assim, esse contrato passou a proibir greves não-autorizadas e criou procedimentos de reclamação para complementar o ofício do Tribunal do Trabalho, estabelecido em 1928 para resolver disputas trabalhistas acerca da definição de contratos salariais. Social-democratas, conservadores, liberais e membros do partido agrário estavam todos de acordo com o desenvolvimento do *folkhemmet* sueco (GÖTZ, 2004; HANCOCK, 1977; ROJAS, 2005).

Por conseguinte, a Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento da Suécia. As depredações da guerra na Europa e a tarefa de reconstruí-la,

strong Welfare State that was constructed, those who had previously been country folk, workers or clerks were now brought up to be Swedes; individuals were to be washed down, sanitised, modernised and exercised away from the old collectives and, thus fine-tuned, integrated with the new society as citizens.”

posteriormente, apresentaram à indústria sueca, que se mostrava forte e intacta, uma grande oportunidade para a sua expansão. Como complementa Götz (2004), “durante a Segunda Guerra Mundial, ao contrário da Primeira, a Suécia não era mais vista como uma *“poorhouse fortificada”*, mas como um *“folkhem fortificado”*” (GÖTZ, 2004, p. 104, tradução nossa).¹³

Após a Segunda Guerra Mundial, observa-se mundialmente uma tendência de grandes gastos públicos nas áreas de política social e ampliação dos benefícios para todos. As declarações internacionais em defesa dos direitos humanos e a Teoria Geral de Keynes, que promove a necessidade de intervenções estatais e estímulos à demanda para que seja mantido um determinado nível de pleno emprego na economia também se demonstraram como fatores que foram levados em conta pelos governos na época (FREITAS, 2014).

A disparidade entre a realidade do contexto internacional e as esperanças que os suecos nutriam durante os anos trinta de uma vida radicalmente melhor aumentou drasticamente, criando uma pressão massiva e reprimida por reformas sociais e consumo material quando a guerra acabou. Ademais, o boom econômico do pós-guerra, o uso do emprego público e outras políticas macroeconômicas estabelecidas pelos social-democratas tornou possível uma economia de pleno emprego orientada para o consumo, possibilitando que muito mais recursos pudessem ser disponibilizados para a construção do Estado de bem-estar tão almejado pelos suecos (GÖTZ, 2004; ROJAS, 2005; VALOCCHI, 1992).

A economia planejada da Suécia no período de guerra lançou as bases para uma participação estatal muito mais ativa após a guerra. O avanço do Estado de bem-estar foi retomado pelos social-democratas, destacando a implementação de um programa de pensão nacional obrigatório, em 1946, o apoio comunitário para um projeto nacional que visava a construção de lares, em 1947, e a introdução de um programa nacional de saúde. Além disso, o partido patrocinou uma lei em 1956 acerca da assistência social, que estendeu ainda mais os serviços sociais e lançou um novo regime de pensão obrigatória que oferecia benefícios de aposentadoria suplementares com base nos melhores anos de renda dos indivíduos. Assim, nesse período, a Suécia consolidou-se como o país líder da política social, servindo como um modelo de referência para os demais países europeus (GÖTZ, 2004; HANCOCK, 1977; PETERSEN, 2006; ROJAS, 2005).

¹³ Texto original: “During the Second World War, unlike the First, Sweden was no longer seen as a “fortified poorhouse”, but as “fortified folkhem”.”

Logo, em suma, um dos países tradicionalmente mais pobres do continente havia se transformado no mais rico. Segundo Söderström (1990, p. 19 apud ROJAS, 2005, p. 34, tradução nossa)¹⁴, “após a Segunda Guerra Mundial, a Suécia se destacou como o país mais rico da Europa. Seu PIB per capita era mais do que o dobro da média europeia em 1950, e 25% maior do que o da a Suíça, a segunda colocada do continente europeu”. Economicamente, a Suécia compartilhou plenamente do crescimento da produtividade doméstica, da riqueza nacional e do comércio internacional que acontecia no Ocidente no período pós-guerra. Devido aos efeitos combinados do aumento da demanda por exportações suecas e dos esforços estatais para facilitar o investimento e a racionalização industrial, a Suécia experimentou uma taxa média de crescimento anual de 4 a 5% de 1945 a 1970. O país ficava cada vez mais rico, os direitos se expandiam, os impostos aumentavam, as reformas tornavam-se cada vez mais grandiosas e as instituições reguladoras do Estado e seu monopólio em cada vez mais setores da sociedade tornavam-se axiomáticos, ao mesmo tempo que as críticas se tornavam cada vez mais raras (HANCOCK, 1977; ROJAS, 2005).

Desta maneira, o modelo sueco passou a compreender todos os setores sociais de suma importância e a política na Suécia passou a ser totalmente dominada pelos social-democratas. Em suma, temos o que Peter Billing e Mikael Stigendal (1994, apud ROJAS, 2005) chamaram de "as décadas de hegemonia", o apogeu do *Folkhemmet*. O consenso e a coesão social durante este período foram realmente únicos, mas, como diz Arne Ruth, a longo prazo desastroso, como será discutido na próxima subseção.

2.3 A crise do Welfare State Sueco

Após o "período de ouro" do projeto sueco, durante a década de 1960, mudanças importantes ocorreram na economia do país e no cenário internacional que interromperam os mecanismos centrais de geração de crescimento que caracterizaram o desenvolvimento sueco desde a Segunda Guerra Mundial. O emprego industrial começou a declinar, assim como a importância econômica relativa da indústria; o sistema de concepção dos salários mudou seu princípio distributivo básico de "salário igual para trabalho igual" para "salário igual, independentemente do trabalho"; e, por último, a expansão do setor público acelerou, aumentando drasticamente a pressão

¹⁴ Texto original: “After the Second World War, Sweden stood out as by far the richest country in Europe. Its GDP per capita was more than twice the European average in 1950, and 25 per cent higher than Switzerland, the European runner-up.”

da tributação. Ademais, a nova crise do capitalismo nos anos 70, segundo Persson (2008), é responsável por um período de instabilidade do *welfare state* sueco (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

Com o advento da crise, o Estado de Bem-Estar Social começou a ser objeto de diversas críticas, principalmente acerca do âmbito econômico. Havia, na época, problemas associados a esta crise: a do petróleo, da dívida externa, a desvalorização das moedas e o consequente retorno da inflação. Logo, o Estado de Bem-Estar Social era visto como um agravador da crise, tendo em vista que para seu funcionamento era necessário um grande número de funcionários, gerando um déficit orçamentário ainda maior. Ademais, torna-se necessário evidenciar que o sistema político econômico sueco foi alvo de críticas provindas tanto da direita quanto da esquerda política em relação às suas deficiências analisadas, destacando o alto custo do Estado de bem-estar social, sua burocratização, a persistência da desigualdade e o aumento da criminalidade (HANCOCK, 1977; PERSSON, 2008).

A enorme expansão do setor público desde meados dos anos 60 resultou em uma pressão tributária crescente. Dessa época até o final do século XX, todo o crescimento do emprego na economia sueca ocorreu no setor público: uma comparação entre 1950 e 1990 mostra que o emprego no setor privado permaneceu exatamente no mesmo nível, enquanto a força do pessoal do setor público cresceu mais de 1,1 milhão; os empregados do setor público em 1993 representavam 42% do emprego nacional total (autoridades públicas 33%, concessionárias estatais 2% e empresas públicas 7%) ou quase 1,7 milhão de empregados de um total de 4 milhões (ROJAS, 2005).

Os gastos públicos, por sua vez, passaram por expansão semelhante, visto que os anos entre 1960 e 1980 representam o aumento dos gastos estatais nesse setor de 31% para 60% do PIB. Desta forma, a economia planejada em forte expansão foi criada como um setor dentro da economia nacional da Suécia, à mercê de todos os riscos de ineficiência e inércia acumuladas que sistemas deste tipo são conhecidos por acarretar (ROJAS, 2005).

O crescimento absoluto do emprego no setor industrial sueco, iniciado no início do século XIX, chega em seu ápice em 1965 com a criação de cerca de 250.000 empregos na área desde 1945, seguido por uma contração rápida que tem ocorrido desde então. A produção industrial em 1994 excedeu o nível de 1990, mas foi alcançada com cerca de 250.000 funcionários a menos, representando um crescimento considerável da produtividade que vinha ocorrendo em todo o

mundo industrializado, devido à transição da sociedade industrial para a pós-industrial com o advento das novas tecnologias (ROJAS, 2005).

A expansão do sistema financeiro mundial desde a década de 70, junto dos crescentes avanços tecnológicos e de comunicação, além do surgimento dos ideais neoliberais, resultou em um cenário extremamente dinâmico e fértil para maiores desenvolvimentos na área de negócios e relações interestatais, determinando as condições necessárias para a criação de redes de comunicação, provenientes do processo da globalização. Consequentemente, tal expansão exigiu a derrubada de barreiras econômicas, políticas, sociais e culturais, junto do afastamento do Estado em relação à gestão de diversos setores da economia (PERSSON, 2008).

Essa revolução econômica internacional implicou numa rápida transição para formas de produção e organização cada vez mais intensivas em conhecimento. A essência desta nova economia do conhecimento não é, como no apogeu do fordismo, facilitar os investimentos em capital físico pela grande indústria, mas, em vez disso, a preocupação vital é estimular e facilitar os investimentos individuais em capital humano (educação, capacidade criativa e o desenvolvimento de competências) e criar condições favoráveis para novos empreendimentos e pensamento inovador. Os problemas de crescimento da Suécia, como observa Klas Eklund (p. 71, apud ROJAS, 2005, p. 47, tradução nossa)¹⁵, "estão relacionados com o baixo crescimento da produtividade, isto é, com a não obtenção de retorno suficiente sobre a entrada de recursos".

Em conjunto com este novo ideário, surgiu a necessidade de se reformar o Estado, que continuava a apresentar gastos elevados somados à déficits públicos crescentes. Nascia, em meio à década de 1980, a tese do Estado mínimo, que objetivava um deslocamento das responsabilidades do Estado perante a economia e a sociedade, além de defender a não-intervenção e um afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, representando ideais completamente opostos às bases do sistema sueco (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

Em relação aos novos tempos que estavam por emergir, as grandes corporações realizavam uma verdadeira revolução gerencial e introduziam novas tecnologias. Esse novo período foi marcado pela deterioração da antiga estrutura organizacional do trabalho e por uma degradação da

¹⁵ Texto original: "[...] are connected with poor productivity growth, that is to say, with our not obtaining sufficient return on inputs of resources."

“sociedade salarial”. Dentro desse contexto, o desemprego no mundo atingiu níveis preocupantes, com um intenso aumento do trabalho precário e da informalidade (PERSSON, 2008).

Essa transição muda as bases, não apenas da economia da Suécia, mas também de toda a estrutura da sociedade sueca. Um país que fora extremamente bem-sucedido como Nação industrial chegou a um ponto de inflexão histórico, o que significava que o que antes era a base de sua prosperidade e sucesso internacional não poderia mais servir como a principal força motriz da sociedade (ROJAS, 2005).

A compressão dos salários caracterizou a formação salarial na Suécia, sobretudo entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, e foi combinada com o rápido crescimento da tributação sobre a renda e o aumento do imposto profissional e contribuições para a segurança social. O aumento salarial na economia sueca diminuiu um terço entre 1968 e 1984, e o crescimento da renda em relação à qualificação do indivíduo (duração do treinamento + educação) declinou ainda mais. Os salários líquidos reais na Suécia estagnaram desde 1975, mas os custos salariais (salários brutos mais impostos sobre a folha de pagamento e contribuições para o Seguro Nacional) aumentaram de forma constante, em mais de 50%, significando que todo o aumento da produtividade pós-1975 foi absorvido pelo setor público por meio de tributos sobre o trabalho (ROJAS, 2005).

Somando-se a isso os efeitos da tributação sobre a renda e o valor agregado chegou a uma situação absurda, em 1990, com os trabalhadores mais produtivos e mais bem pagos retendo, após impostos diretos e indiretos, apenas 21 de cada 100 coroas suecas ganhas. A crise econômica internacional do capitalismo proveniente das décadas de 1970 e 1980 forçou a social-democracia sueca a atender, de maneira mais intensa, as demandas do setor empresarial, o que acarretou a consequente perda do poder partidário no início dos anos 1990 (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

Após duas décadas de crescentes dificuldades econômicas, a década de 1990 testemunhou o desastre do *Folkhemmet*. Carl Bildt assume o poder como primeiro-ministro e líder do Partido Conservador (*Moderate Party*), se elegendo a partir da promoção de propostas de redução de impostos e gastos públicos, privatização de empresas estatais e a entrada da Suécia na União Europeia (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

O pleno emprego foi substituído pelo desemprego em massa e 500 mil empregos desapareceram entre 1990 e 1994, com o aumento da taxa de desemprego de 3% em 1989 para mais de 12% em 1993, somando-se ao déficit público cada vez maior. As consequências fiscais

desse fenômeno foram estrondosas, com a queda das receitas e o constante aumento das despesas, forçando o outrora generoso *welfare state* sueco a cortar benefícios sociais e gastos públicos em educação e saúde, visto que era projetado para operar com pleno emprego (PIERSON, 1996).

A incapacidade do partido conservador de buscar soluções efetivas para lidar com os problemas econômicos e políticos enfrentados em solo nacional deram nova vitória ao Partido Trabalhista Social-Democrata, que retomou o poder em 1994, com a eleição do primeiro-ministro Ingvar Carlsson, que adotou um plano de contingência mais severo, prevendo cortes de gastos para enfrentar o crescente déficit orçamentário e se adequar às diretrizes da União Europeia. Em 1996, Carlsson renuncia e é sucedido por Göran Persson, do mesmo partido, permanecendo no poder até 2006, quando é derrotado pela oposição (PERSSON, 2008).

Em relação ao legado que a social-democracia deixara na Suécia, segundo Pontusson (1996, p. 226 apud PERSSON, 2008, p. 30):

uma pesquisa realizada em 1993 apontava que os eleitores suecos, mesmo abalados com o clima de insegurança de seu país no que diz respeito à previdência, emprego e economia, afirmavam que os social-democratas ainda representam a força política mais disposta a resistir aos efeitos potenciais da integração à Comunidade Europeia sobre o *welfare state* sueco.

Logo, percebe-se a nostalgia nacional que visava à volta dos "anos de ouro" do Estado de bem-estar social que tanto era invejado mundo afora. A nova realidade proveniente do período globalizado que estava por emergir era vista pelos suecos como uma incerteza em relação ao futuro do sistema que os abrigou por tanto tempo.

A crise econômica severa e o desemprego em massa são, neste caso, manifestações de mudanças fundamentais nas pré-condições básicas do tecido social sueco conforme ele se desenvolveu desde a década de 1930. O projeto do Estado de bem-estar social sueco baseou-se em quatro pré-condições históricas: uma população etnicamente homogênea, um Estado nacional forte, uma economia industrial em expansão e um desenvolvimento tecnológico e organizacional resumido pelo fordismo, que foram completamente dissipadas nas últimas décadas do século XX (ROJAS, 2005).

Com o advento da nova era globalizada, como afirma Rojas (2005, p. 53-54, tradução nossa)¹⁶:

¹⁶ Texto original: "The death of the Fordist factory also spells the demise of the world of the classical industrial society. The world is being transformed into an integrated arena of production and communications, one vast innovation market where nearly everything changes from one day to the next. And survival in this global market requires speed, flexibility and receptivity to new impulses, capacity for change, and a zest for innovation which make immense demands on all

A morte da fábrica fordista também significa o fim do mundo da sociedade industrial clássica. O mundo está se transformando em uma arena integrada de produção e comunicação, um vasto mercado de inovação onde quase tudo muda de um dia para o outro. E a sobrevivência neste mercado global requer rapidez, flexibilidade e receptividade a novos impulsos, capacidade de mudança e gosto pela inovação que exigem imensas exigências de todos nós e requerem uma organização social adequada. As potencialidades desse desenvolvimento são enormes, mas a pressão da mudança também é dolorosamente perturbadora, e a relutância em mudar é simplesmente desastrosa. [...] Vivemos em um mundo de diversidade e mudança perpétua, precisamos de milhares de centros de tomada de decisão rápidos e descentralizados, testando diferentes possibilidades no mercado de inovação global, experimentando vigorosamente, assumindo riscos, mas também sendo ricamente recompensados por esforços bem-sucedidos.

Logo, perante o novo cenário do final do século XX, a Suécia está em uma busca abrangente e promissora por uma alternativa ao seu antigo Estado de bem-estar, no qual o Estado ainda desempenha um papel importante, mas não exclui uma série de atores sociais e econômicos que podem criar conjuntamente uma sociedade de bem-estar que garanta aos seus cidadãos uma base sólida de igualdade e segurança social combinada com uma verdadeira liberdade de escolha. O "Estado tutorial" do passado está, dessa forma, se transformando em um "Estado habilitador", que cria possibilidades em vez de decidir sobre o conteúdo dos serviços de bem-estar que os cidadãos recebem (PERSSON, 2008; ROJAS, 2005).

O Estado de bem-estar sueco concedeu a cada cidadão um nível relativamente alto de bem-estar em troca de uma falta de liberdade de escolha. Essa situação permaneceu inalterada (ou de fato agravou-se, devido ao aumento da carga tributária) até o início da década de 1990, quando o welfare state maximalista sofreu uma crise e foi abandonado (ROJAS, 2005).

Esta crise latente explodiu em 1990, quando a Suécia foi atingida pela pior crise econômica e fiscal desde a Grande Depressão e sua economia sofreu pressão extraordinária (PIERSON, 1996). Os gastos públicos dispararam e atingiram a marca recorde de 72,8% do PIB em 1993, enquanto a carga tributária, que era suportada pela população ativa, não pôde ser aumentada devido aos níveis já extremos que atingia anteriormente à crise. Assim, a Suécia deixou de ter o maior superávit da OCDE para operar o maior déficit público, atingindo 12,3% do PIB em 1993 (PIERSON, 1996; ROJAS, 2005).

of us and require an appropriate social organisation. The potentialities of this development are enormous, but the pressure of change is also painfully unsettling, and reluctance to change is simply disastrous. [...] We are living in a world of diversity and perpetual change, we need thousands of quick and decentralised decision-making centres, testing different possibilities in the global innovation market, vigorously experimenting, taking risks but also being richly rewarded for successful efforts.”

Pela primeira vez em muitos anos, a crise fiscal nacional exigiu o surgimento de reformas e a urgente necessidade de um controle de custos, bem como a abertura dos serviços públicos a um certo grau de competição interna e externa. Isso resultou em uma internalização, jamais ocorrida antes, do espírito empreendedor em um setor público que, até então, vivia no limbo de uma economia planejada sem severas limitações orçamentárias. Desta forma, foi dado ao setor privado a oportunidade, por meio de licitações, de prestar alguns serviços que antes estavam sob estrito controle do Estado (PIERSON, 1996; ROJAS, 2005).

As condições, portanto, podem ter parecido excepcionalmente favoráveis a uma revisão completa da política social. O que é surpreendente, entretanto, é que, mesmo sob essas circunstâncias extraordinárias, não havia sinal de que o Estado de bem-estar seria abolido ou radicalmente reestruturado. Em vez disso, foi tomado um cuidado considerável para operar dentro da estrutura dos programas existentes (PIERSON, 1996).

3 APRESENTAÇÃO TEÓRICA CONCEITUAL PARA COMPREENDER O ESTADO DE BEM-ESTAR SUECO: A PERSPECTIVA DA GLOBALIZAÇÃO E DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Visando a elaboração de uma estrutura teórica conceitual para a análise do objeto de estudo, este capítulo tem o objetivo de apresentar um referencial teórico e alguns conceitos que buscam estruturar teórico-conceitualmente o meu trabalho. Para tanto, em um primeiro momento serão apresentadas as teorias clássicas das Relações Internacionais. Em um segundo momento, será apresentada a Economia Política Internacional, sendo a corrente teórica fundamental para analisar o objeto deste trabalho. Por fim, em um terceiro momento, buscar-se-á conceituar o fenômeno da globalização e suas implicações ao cenário internacional do século XXI.

3.1 A nova realidade estatal conforme as principais correntes teóricas

Com a finalidade de compreender o sistema de bem-estar social do Estado da Suécia frente ao âmbito internacional globalizado, objeto de estudo desse trabalho, e a percepção de que o arcabouço teórico das Relações Internacionais é bastante variado, podemos destacar as correntes clássicas de análise e prognóstico dos acontecimentos dentro do sistema internacional para uma apresentação de suas principais contribuições. Temos o Realismo, o Liberalismo e o Marxismo como as teorias clássicas utilizadas para o entendimento do cenário internacional através da análise do comportamento dos Estados, suas relações e seus objetivos.

Segundo Mingst e Arreguín-Toft (2014), uma teoria pode ser definida como um compilado de presunções e concepções capazes de prever eventos através da análise das relações entre as premissas alavancadas. Ademais, segundo Strange (apud MAY, 2008), ela deve procurar explicar algum aspecto do Sistema Internacional que não é facilmente explicado pelo senso comum. Atualmente, é perceptível a existência de uma gama grandiosa de teorias aceitas para explicar os fenômenos globais; entretanto, visando a elaboração de um trabalho mais objetivo, apresentar-se-á as três teorias gerais clássicas mencionadas anteriormente (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Em primeira instância, o realismo surge como uma corrente que entende o indivíduo como um ser mau, egoísta e ávido por poder. Assim, ao transferir essa concepção para as Relações Internacionais, a política internacional é retratada como uma arena de rivalidade, conflito e guerra

entre Estados, em que os mesmos princípios básicos de defesa do interesse nacional e garantia da sobrevivência estatal e da segurança de seu povo são recorrentes (JACKSON; SØRENSEN, 2013; MORGENTHAU, 1978; WALTZ, 1979).

A teoria tem os Estados como os principais sujeitos do Sistema, que estão na constante busca do cumprimento de seus interesses, traduzidos em forma de poder. O poder, sendo uma preocupação central da atividade política e o instrumento fundamental para a sobrevivência frente ao Sistema Internacional anárquico, sem autoridade superior e abrangente, pode ser usado tanto em termos do uso da força militar quanto em forma de sanções econômicas (JACKSON; SØRENSEN, 2013; MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014; WALTZ, 1979).

Ademais, o principal objetivo da política externa é avançar e defender os interesses dos Estados, notavelmente desiguais entre si em relação às suas capacidades. Evidencia-se a existência de uma hierarquia internacional de poder entre os Estados em que os mais importantes na política mundial são referenciados como as grandes potências. As relações internacionais são entendidas pelos realistas principalmente como uma luta entre as grandes potências por dominação e segurança enquanto as nações menores e com menor capacidades são consideradas de importância secundária para o estudo desses teóricos (JACKSON; SØRENSEN, 2013; MORGENTHAU, 1978; WALTZ, 1979).

Tendo como suposição básica a anarquia do sistema interestatal, os realistas consideram que a desconfiança predomina nas relações internacionais, fazendo com que os Estados raramente optem pela cooperação e busquem o constante acúmulo de poder, com a finalidade de estarem preparados para possíveis ofensivas de outras partes. Evidencia-se a relevância dada ao poder bruto, retratado em forma de poderio militar e recursos econômicos, como a principal maneira dos Estados garantirem sua sobrevivência. Tendo vencido o primeiro grande debate, o realismo continuou sendo a abordagem teórica dominante nas Relações Internacionais e, depois de 1945, a Guerra Fria e a rivalidade Leste-Oeste se mostraram como um cenário favorável a esta interpretação do mundo (JACKSON; SØRENSEN, 2013; MORGENTHAU, 1978; WALTZ, 1979).

Entre as teorias clássicas, também se destaca o liberalismo como uma corrente que emerge e ganha proeminência com o movimento iluminista do século XVIII. Essa corrente teórica, em contraste com o realismo, pressupõe a bondade da natureza humana que, através da cooperação, das relações amistosas e da criação de uma sociedade justa, atinge o desenvolvimento do corpo

social. Ademais, não negam a existência do conflito e das injustiças, mas creem na possibilidade da mitigação desses acontecimentos através da ação coletiva e da reforma institucional (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014; MORAVCSIK, 1997).

Por conseguinte, os teóricos liberais julgam a democracia e o capitalismo de mercado como o ambiente ideal para o desenvolvimento da capacidade humana. Segundo eles, a estrutura democrática seria mais propícia a garantir os desejos e necessidades de indivíduos livres e autônomos, sem contenções estatais, e o capitalismo seria o sistema ideal para o desenvolvimento econômico individual e coletivo dos seres humanos, considerados racionais e ambiciosos pela aquisição de bens. Além disso, a adoção da estratégia de livre mercado por parte dos governos resulta em uma maior interdependência entre os Estados, elevando os riscos e custos da guerra e, portanto, diminuindo vigorosamente essas eventualidades (JACKSON; SØRENSEN, 2013; MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014; MORAVCSIK, 1997).

Dentro das correntes teóricas discorridas acima, na busca por uma maior compreensão das Relações Internacionais surge o neorrealismo, por sua vez, manifestando-se como um a releitura do realismo clássico e buscando explicar os acontecimentos sistêmicos através da noção de que a estrutura do Sistema Internacional se dá como o motor elucidativo principal e o objeto de estudo de primordial importância, ao passo que os realistas tinham como principal fator explanatório as características dos seres humanos e Estados. Segundo essa corrente teórica, “são a estrutura do sistema e a distribuição de poder em seu interior, e não as características de Estados individuais, que determinam os resultados” (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014, p. 66; WALTZ, 1979).

Ademais, durante as décadas de 1950 até 1970, as questões prevalentes nas relações entre as democracias liberais ocidentais, como o comércio, viagens e comunicação ganharam grande relevância nas Relações Internacionais. Essas relações forneceram a base para uma nova tentativa dos liberais de formular uma alternativa ao pensamento realista que compartilhasse das velhas ideias liberais sobre a possibilidade de progresso e mudança, mas que repudiasse o idealismo do liberalismo anteriormente mostrado, denominando-a de neoliberalismo (JACKSON; SØRENSEN, 2013; WIKAN, 2015).

Portanto, no século XX, o neoliberalismo emerge como a corrente teórica predominante no Sistema Internacional, evidenciando a Conferência de Bretton Woods de 1944 como a celebração de diversos acordos que impulsionariam as Nações a adotarem medidas econômicas condizentes com essa corrente. Ademais, o olhar por meio das lentes neoliberais serviria para explicar o porquê

de os Estados cooperarem embora o anarquismo sistêmico, notando o Dilema do Prisioneiro como uma tese que expõe que os países teriam mais a ganhar com a cooperação do que caso estivessem sozinhos no Sistema (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014; WIKAN, 2015).

Junto a isso, destaca-se a suposição neoliberal de que os indivíduos não cooperam naturalmente devido a sua natureza boa, como evidenciam os liberais, mas pelo raciocínio de que os ganhos são maiores através da colaboração entre as partes. As instituições também exercem um papel importante segundo essa corrente teórica, prevenindo as ações de má fé que possam existir no âmbito internacional e maximizando as oportunidades e vantagens para todas as partes. Por conseguinte, um nível mais alto de relações transnacionais entre os países significa um nível mais alto de interdependência. Essa doutrina discorre acerca do desenvolvimento econômico e do comércio exterior como os meios mais adequados e menos onerosos de alcançar proeminência e prosperidade para os países industrializados devido ao alto custo do uso da força no cenário mundial atual (KEOHANE; NYE 1987; NYE, 2009).

Em uma época anterior, a posse de território e amplos recursos naturais eram a chave para o desenvolvimento nacional; entretanto, no mundo globalizado atual, isso não é mais o caso. Agora, uma força de trabalho altamente qualificada, acesso à informação e capital financeiro se mostram como o caminho a ser seguido para o sucesso, evidenciando os casos do Japão e da Alemanha como os países economicamente mais bem-sucedidos do período pós-guerra, se abstivendo da opção político-militar tradicional de altos gastos militares e autossuficiência econômica e optando pela comércio internacional intensificado devido à maior interdependência entre as Nações para atingir seus objetivos (JACKSON; SØRENSEN, 2013; KEOHANE; NYE 1987; NYE, 2009).

Mediante às teorias clássicas apresentadas acima, o Marxismo também constitui o quadro das três visões teóricas tradicionais das Relações Internacionais. Essa teoria, adotando as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels para seu fundamento teórico, possui como principal objeto de estudo a evolução do capitalismo sistêmico e o conflito de classes entre a burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado, mão-de-obra explorada, em que uma revolução operada pela classe oprimida resultaria na emergência de uma nova ordem socialista (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Os marxistas argumentam que a transição do meio de produção do feudalismo para o capitalismo resultou em uma mudança nas relações sociais entre os grupos da sociedade e, assim, constituem uma relação entre os meios de produção, as relações sociais e o poder. Por conseguinte,

em contraste com o liberalismo e o realismo anteriormente elucidados, o fator econômico, além da presunção de um sistema global hierárquico como consequência do imperialismo, assume primordial importância para a interpretação dos fenômenos sistêmicos (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Tendo apresentado as correntes teóricas clássicas das Relações Internacionais, evidencia-se a árdua tarefa de se analisar o objeto deste trabalho unicamente a partir de uma dessas teorias. O Sistema Internacional é um objeto de estudo de estrondosa complexidade, sendo necessário a combinação de diversas contribuições teóricas para analisar diferentes problemáticas evidenciadas. A resposta apropriada às mudanças que ocorrem na política mundial hoje não é desacreditar no enfoque realista dado ao equilíbrio de poder militar, mas perceber suas limitações e complementá-lo com percepções da abordagem liberal, focadas na economia e no comércio. (NYE, 2009).

Outrem, é de extrema relevância ressaltar que o escopo tradicional das teorias das Relações Internacionais possui maior enfoque nas questões voltadas ao desenvolvimento e mudança dos Estados no contexto sistêmico. Esse foco estatal e em suas relações ajuda a explicar por que a guerra e a paz são um problema central da teoria tradicional das Relações Internacionais. Entretanto, as Relações Internacionais contemporâneas não se preocupam apenas com as relações políticas e militares entre Estados, mas também com uma série de outros assuntos, como interdependência econômica, direitos humanos, corporações transnacionais, organizações internacionais, meio ambiente, desigualdade de gênero, desenvolvimento econômico e terrorismo (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Os debates acadêmicos das Relações Internacionais apresentados tratam principalmente de política internacional, enquanto os assuntos econômicos desempenham um papel secundário. O terceiro debate assume a forma de uma crítica neomarxista da economia mundial capitalista, juntamente com as respostas das visões liberal e realista acerca da Economia Política Internacional sobre a relação entre economia e política nas relações internacionais (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Em suma, o terceiro grande debate agrega ainda mais a disciplina de Relações Internacionais porque desloca o assunto das questões políticas e militares para as questões econômicas e sociais. É necessário ressaltar que nenhuma abordagem teórica única se mostra como superior às outras - as teorias e abordagens alternativas são todas ativamente empregadas no campo

de estudos atualmente porque a política mundial não é dominada por uma única questão ou conflito, mas, pelo contrário, é moldada e influenciada por muitos problemas e conflitos diferentes.

O fato de Keohane e Nye (1987) utilizarem das contribuições do realismo e neorealismo para analisarem as preocupações dos liberais com a interdependência provinda da globalização evidencia a complexidade do Sistema Internacional e a dificuldade de observá-lo pelas lentes de apenas uma teoria clássica, visto que elas resultam em uma análise unilateral. É evidente que as contribuições tanto do realismo quanto do liberalismo são válidas em enxergar a estrutura sistêmica, mas acabam por não abordar outras variáveis em suas análises (KEOHANE; NYE, 1987).

O realismo e o liberalismo veem a política internacional como um processo ligado à política ou à economia, separadamente, caracterizado pela barganha e supondo que a maior parte do comportamento do Estado pode ser interpretado como racional, embora diverjam nos meios para conquistar seus objetivos. (KEOHANE; NYE, 1987). Para a realização deste trabalho, far-se-á o uso da Economia Política Internacional por não separar o Estado e o mercado e por não separar o âmbito doméstico do internacional em sua análise, agregando na compreensão do objeto do trabalho, que possui a globalização como um processo que afeta tanto as Nações, no âmbito externo, como os indivíduos, no âmbito interno.

3.2 As inferências da Economia Política Internacional nos âmbitos doméstico e internacional

Para fins de elucidar o leitor acerca do escopo de estudo da Economia Política Internacional, deve-se partir do pressuposto básico de que as regras e regulamentos políticos constituem a estrutura dentro da qual o mercado funciona. Logo, se a economia é sobre a busca de riqueza e a política sobre a busca de poder, as duas interagem e estão entrelaçadas, evidenciando a relação complexa no contexto internacional entre política e economia e entre Estados e mercados, que é o cerne da Economia Política Internacional (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

A Economia Política Internacional muda nossa atenção para questões de riqueza e pobreza, e para quem recebe o quê no sistema internacional. Para olhar para quem se beneficia é preciso saber onde o poder se respalda e como ele influencia os resultados (STRANGE, 1994). Strange afirma que:

[...]é impossível chegar ao resultado final, ao objetivo último de estudo e análise da Economia Política Internacional sem dar respostas explícitas ou implícitas a

estas questões fundamentais sobre como o poder tem sido utilizado para moldar a Economia Política e a maneira que ele distribui custos e benefícios, riscos e oportunidades a grupos sociais, empresas e organizações dentro do sistema (STRANGE, 1994, p. 22, tradução nossa).¹⁷

A Economia Política Internacional no olhar dos liberais argumenta que a prosperidade humana pode ser alcançada pela livre expansão global do capitalismo além das fronteiras do Estado soberano e pelo declínio da importância dessas fronteiras. Para eles, os mercados livres, juntamente com a propriedade privada e a liberdade individual, criam a base para o progresso econômico autossustentável para todos os envolvidos (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

A Economia Política Internacional segundo os realistas difere-se, partindo da ideia de que a atividade econômica deve ser colocada a serviço da construção de um Estado forte e do apoio ao interesse nacional. Segundo essa doutrina, frequentemente referida como “mercantilismo” ou “nacionalismo econômico”, a criação de riqueza é a base necessária para o aumento do poder do Estado e a economia é um instrumento na criação da segurança nacional e do bem-estar nacional devendo, portanto, ser controlada e administrada pelo governo central, fazendo alusão ao caso sueco (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Essas diferentes visões da Economia Política Internacional aparecem nas análises de impasses importantes relacionadas à essa área, evidenciando a questão da soberania do Estado frente às forças da globalização e da instituição de uma economia global. Conclui-se que a globalização econômica acaba por afetar os Estados ao contribuir no detrimento das fronteiras nacionais, sujeitando as economias nacionais às exigências da economia internacional. Ademais, nota-se que os Estados nacionais estão cada vez mais sujeitos a forças anônimas do mercado, devido as novas relações econômicas globais (STRANGE, 1996).

Susan Strange pode ser considerada uma das principais teóricas de Economia Política Internacional, sendo quase que individualmente responsável pela criação da teoria. Ela afirma que os economistas, em sua grande maioria, não conseguem conceber o funcionamento da economia política global devido a uma compreensão insuficiente do papel do poder nas Relações Internacionais e a uma dependência excessiva por modelos econômicos que os afastam dos problemas condizentes com a realidade. Ademais, observou que os cientistas políticos também têm

¹⁷ Texto original: “it is impossible to arrive at the end result, the ultimate goal of study and analysis of the international political economy without giving explicit or implicit answers to these fundamental questions about how power has been used to shape the political economy and the way in which it distributes costs and benefits, risks and opportunities to social groups, enterprises and organisations within the system.”

uma compreensão a desejar da economia internacional, devido à sua ênfase nas instituições e na força militar (BROWN, 1999).

A sua perspectiva acerca do tema desenvolveu-se ao longo de vários anos, começando com o seu trabalho para a Chatham House sobre a dimensão internacional da política financeira britânica, e, aos poucos, centrando-se em questões de poder econômico e de como esse poder estruturou as relações monetárias internacionais. À medida que estas relações se tornaram mais perturbadas durante o final da década de 1960 e início da década de 1970, ela preocupou-se cada vez mais com a dimensão político-econômica internacional de tais questões, e começou a questionar a forma como o poder estava inserido nas explicações acerca das perturbações financeiras internacionais (MAY, 1996).

Como uma resposta aos teóricos que pressupunham o declínio da hegemonia americana, Strange argumenta que os EUA não precisavam deixar seu papel de líder internacional, mas poderiam optar por exercer o seu poder econômico não somente para os seus próprios interesses, mas para os do Sistema Internacional como um todo. Visando sustentar sua afirmação, Strange elaborou sua Teoria do Poder Estrutural, que explica como o poder econômico poderia ser exercido sem coerção explícita e por que razão era possível que, apesar da percepção generalizada da erosão das capacidades em algumas áreas, os EUA continuassem sendo o poder econômico predominante na economia global. Em sua obra *States and Markets* (1994), Strange utiliza quatro variáveis para explicar o poder estrutural do Estado na Economia Política Internacional, sendo elas: segurança, finanças, produção e conhecimento. (MAY, 1996; STRANGE, 1994).

Strange argumenta que a política e a economia podem ser reunidas através de uma análise estrutural do efeito dos Estados sobre os mercados e, inversamente, dos mercados sobre os Estados. Se a economia diz respeito à alocação de recursos escassos, e a política diz respeito ao fornecimento de ordem pública e/ou bens públicos, então qualquer teoria que os reúna deve ter em conta estes diferentes focos. Em detrimento disto, nota-se que a maioria dos Estados do Sistema Internacional viram a sua autoridade interna e internacional corroída face à mudança estrutural provinda do processo da globalização (MAY, 1996).

O problema central consiste na afirmação de Strange de que os mercados “superaram” os governos, danificando os alicerces políticos do sistema global. Desta forma, a Economia Política Internacional presume que o sistema político internacional, baseado no princípio da soberania

estatal, está defasado em relação a uma economia de mercado mundial em constante aumento (STRANGE, 1998). Segundo a autora:

No coração da Economia Política Internacional, existe um vácuo. O que uns perderam, outros não ganharam. A difusão da autoridade longe dos governos nacionais deixou um buraco enorme de não-autoridade, de ingovernança a que poderia ser chamada (STRANGE, 1996, p. 14, tradução nossa).¹⁸

A emergência da interdependência econômica levou ao surgimento de uma fase distinta nas relações internacionais, descontínua das anteriores, às quais os modelos tradicionais de soberania eram aplicáveis. Nesta nova fase, a interdependência restringe severamente a liberdade de ação dos governos e até mesmo afeta sua organização interna (GOUREVITCH, 1978).

Nye e Keohane, Karl Kaiser, Edward Morse e outros autores enfatizaram o papel crescente dos atores transnacionais, internacionais e multinacionais e das forças não militares globais, como tecnologia, comércio, comunicações e cultura, na formulação de políticas. Os Estados foram retratados perdendo o controle sobre importantes áreas problemáticas, especialmente a econômica (GOUREVITCH, 1978).

Entretanto, é possível observar a existência de uma corrente teórica que difere na posição do Estado frente aos novos atores, citando a formulação neomercantilista de Robert Gilpin. Essa literatura não nega que o sistema econômico internacional constrange os Estados, nem que o sistema afeta o conteúdo das políticas que eles formulam, mas desafia a tendência dos liberais de retratar o Estado como um ator do passado (GOUREVITCH, 1978).

Ele argumenta que os governos dos Estados têm e afirmam alguma noção de interesse nacional, seja poder, estabilidade, bem-estar, segurança, que não é redutível aos objetivos e interesses de um grupo maior. Quando o Estado opta por agir, seu poder é maior do que o de qualquer subunidade do sistema, incluindo atores transnacionais, como as corporações multinacionais. Logo, sempre que os Estados afirmam seus pontos de vista, eles são capazes de prevalecer sobre os outros atores internacionais (GOUREVITCH, 1978).

É interessante apontar que enquanto os teóricos considerarem o estudo de fenômenos através apenas das relações exógenas, as teorias das relações internacionais manterão possuindo lacunas e dificuldades de explicar muitas das forças que impulsionam as mudanças nas estratégias estatais e, portanto, nos padrões de interação internacional. Por incrível que pareça, pouco se é

¹⁸ Texto original: “At the heart of the international political economy, there is a vacuum. What some have lost, others have not gained. The diffusion of authority away from national governments has left a yawning hole of non-authority, ungovernance it might be called.”

estudado acerca dos efeitos do cenário internacional no comportamento estatal, podendo-se presumir que ele é capaz de alterar os cálculos dos atores sobre seus interesses ou mudar suas capacidades (KEOHANE; NYE, 1987).

Gourevitch (1978) possui uma obra acerca do elemento doméstico como foco de estudo através da análise da estrutura sistêmica. Segundo ele, a estrutura doméstica para a pessoa de Relações Internacionais é considerada uma variável independente e às vezes irrelevante para muitos teóricos da área. A maior parte da literatura preocupada com a interação do sistema internacional e da estrutura doméstica é de autoria de escritores com preocupações internacionais e, portanto, pouco destaque é dado ao fato da estrutura doméstica poder ser uma consequência da política internacional, que por sua vez se torna um agente causador (GOUREVITCH, 1978).

Para melhor entender o impacto do sistema na política doméstica dos Estados, deve-se atentar ao argumento de Keohane e Nye (1987) de que os sistemas têm duas dimensões: estrutura e processo. A estrutura refere-se à distribuição de capacidades entre as unidades ao mesmo passo que o processo se refere aos padrões de interação, ou a maneira como as unidades se relacionam entre si. Os autores discorrem que os processos que ocorrem em um sistema são afetados por sua estrutura e pelas características das unidades mais importantes do sistema (KEOHANE; NYE, 1987).

Ademais, o estudo desses processos sistêmicos nos leva a olhar mais cautelosamente para as interações entre o sistema e as unidades (Estados) para examinar como as preferências dos atores são afetadas pelas restrições ou oportunidades que a estrutura sistêmica oferece em seus ambientes e vice-versa. Ou seja, o foco em processos sistêmicos direciona nossa atenção para as conexões recíprocas entre a política doméstica e a estrutura internacional, fundamental para entendermos como os Estados agem frente ao processo da globalização (KEOHANE; NYE, 1987).

Outrossim, é essencial destacar a importância da utilização da abordagem da Economia Política Internacional para a realização desse estudo, sendo uma corrente teórica que abrange tanto o âmbito internacional como o doméstico. Através da análise do processo da globalização, enfatiza-se dois aspectos do processo sistêmico que podem alterar o comportamento dos Estados - incentivos não estruturais, como fatores comerciais e econômicos (interdependência econômica, e avanços tecnológicos), e variações na capacidade de se comunicar e cooperar, enfatizando o aumento dos contatos transnacionais nas atitudes e na comunicação (instituições internacionais) (KEOHANE; NYE, 1987).

Por conseguinte, é preciso combiná-los em uma teoria de nível sistêmico que incorpore tanto o processo quanto a estrutura, o que é o caso da Economia Política Internacional. Essa corrente de teóricos se mostra completa ao compreender o processo da globalização como a base de entendimento do mercado internacional e seu funcionamento a partir da interdependência econômica. Ademais, uma análise da estrutura sistêmica permite compreender a distribuição de poder, crucial para o entendimento das capacidades individuais de cada Estado.

Gourevitch (1978) possui uma contribuição similar ao citar dois aspectos do sistema internacional que possuem efeitos poderosos sobre o caráter do regime doméstico: a distribuição de poder entre os Estados, ou o Sistema Internacional de Estados, e a distribuição da atividade econômica e riqueza, ou a Economia Internacional, fazendo alusão ao princípio fundamental da Economia Política Internacional de que os âmbitos político e econômico estão interconectados.

Ademais, podemos realizar uma comparação com o estudo de Keohane e Nye (1987), sendo a estrutura citada o modo de distribuição de poder dos Estados e o processo como o agente ditador da economia internacional (GOUREVITCH, 1978; KEOHANE; NYE, 1987).

Ainda para estes autores, buscando orientar-nos ao âmbito interno, verifica-se que as escolhas do Estado refletem as percepções de interesses das elites, que podem mudar de várias maneiras. Keohane e Nye (1987) elencam alguns dos principais motivos causais: em primeiro lugar, e mais obviamente, temos a mudança política; os interesses também podem ser redefinidos por meio de mudança normativa, em que práticas ou interesses que eram aceitos em um período tornam-se ilegítimos em um período posterior devido à evolução normativa; e, em terceiro lugar, os interesses nacionais também podem mudar por meio do aprendizado, definido pelos autores como a alteração da crença de um indivíduo como resultado de novas informações (KEOHANE; NYE, 1987).

Essa última motivação, dos autores Keohane e Nye (1987), pode ser empregada no estudo do caso da Suécia e de como o Estado nacional precisa se adaptar ao novo cenário derivado do processo da globalização. Vale ressaltar que a aprendizagem não implica que as novas crenças conduzam a políticas mais eficazes ou moralmente superiores, se trata apenas de uma conjuntura diferente, em que o Estado deve estar atento a desempenhar o novo papel cabido a ele. Conscientizar-se das novas causas de efeitos indesejados provenientes do avanço dos tempos resulta na adoção de estratégias diversificadas e mais eficazes para atingir os objetivos nacionais.

Quando citamos a emergência de uma nova ordem mundial, em que o neoliberalismo, a vasta rede de interconexões e o avanço tecnológico predominam, é necessário afirmar que nem todos os Estados nacionais estão dispostos a submeter-se às disposições do poder hegemônico. Segundo Nye (2009), a política interna canaliza reações às mudanças, assim, alguns países buscam adotar as estratégias de livre-mercado promovidas pelos Estados dominantes, enquanto outros, podendo citar os países escandinavos, por exemplo, mantiveram governos relativamente grandes e enfatizaram a compensação pelos setores desvantajosos, podendo assim elucidar-nos da existência de diferentes maneiras de reagir-se aos mercados globais e de conduzir-se uma economia capitalista (NYE, 2009).

A desigualdade é vista, no final do século XX e início do século XXI, como uma das mais importantes causas das reações políticas adversas à globalização, perdurando-se ao longo do século e evidenciando a crescente desigualdade entre os países e entre as populações nacionais que pode ser observada até hoje. Segundo Nye (2009), não existe uma relação automática entre desigualdade e reação política, mas a primeira pode ocasionar a segunda, principalmente quando combinada com a instabilidade e desemprego, fazendo com que as reações acabem resultando em restrições no ritmo da globalização da economia mundial (NYE, 2009).

Assim, os protestos contra a globalização são vistos como uma reação às mudanças produzidas pela interdependência econômica. Isso posto, a Suécia se apresenta como um país que vê uma crescente desigualdade e desemprego em sua sociedade devido aos fatores atrelados à conjuntura globalizada. Assim, o Estado nacional busca se reinventar para conseguir atender à demanda populacional ao mesmo passo que passa a conversar com os demais atores que surgem e se tornam necessários para o desenvolvimento sueco deste século XXI.

3.3 Globalização: diferentes concepções acerca do fenômeno

Para além do arcabouço teórico para analisar o meu trabalho também se faz necessário entender a globalização como um processo que vai interferindo no âmbito nacional e internacional.

Ademais, deve-se atribuir uma definição mais específica a este vago conceito. Sendo um processo que explica o detrimento das barreiras relacionais entre os Estados, a globalização pode ser entendida pelos estudiosos céticos como um processo que vêm ocorrendo há mais de 500 anos, enquanto outros autores acreditam que a intensificação das relações interestatais é característica do século XIX, com o avanço das novas tecnologias (MAGALHÃES, 2015; WALLERSTEIN, 2009).

Magalhães (2015) disserta acerca das diferentes visões existentes em relação ao processo da globalização, destacando três principais perspectivas em relação a este: as interpretações hiperglobalista, cética e transformacionalista. Primeiramente, os hiperglobalistas acreditam que a globalização é “contínua, inexorável e irreversível”, ligada à lógica do mercado, ao caráter científico-tecnológico da sociedade, à competição, e o prelúdio do declínio do Estado-Nação, mas se dividem em liberais globalistas e socialistas-fatalistas quando discutem acerca das consequências desse fato (MAGALHÃES, 2015).

Os críticos fatalistas julgam a globalização como o ápice do capitalismo e o princípio do seu colapso, evidenciando as desigualdades sociais e os conflitos que surgem. Em contrapartida, os hiperglobalistas liberais atrelam-na a uma sociedade global situada em uma “idade de ouro” para o desenvolvimento dos indivíduos e seus negócios, pressupondo que a livre iniciativa, o mercado global competitivo, a democracia, o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico se retroalimentam, de modo gradual e contínuo (MAGALHÃES, 2015).

Por conseguinte, os céticos distinguem-se da primeira visão apresentada por enfatizarem a existência de dados que apontam a inexistência desse fenômeno globalizador ou que, embora a globalização, de fato, exista, o mundo “não é tão globalizado quanto parece” (GHEMAWAT, 2012, p. 63 apud MAGALHÃES, 2015). Segundo esses teóricos, os níveis de interdependência ainda não se comparam aos do início do século XX, “o avanço tecnológico ainda é insuficiente para superar fronteiras nacionais e as barreiras identitárias, burocráticas, naturais e políticas ainda são obstáculos para os fluxos globais” (GHEMAWAT, 2012, p. 42 apud MAGALHÃES, 2015). Logo, o Estado ainda possui o papel central de ditar os próximos passos da globalização, que é considerada reversível através da ação política.

Os transformacionistas, por fim, estão posicionados em um meio-termo entre essas duas percepções contrastantes evidenciadas acima. Estes acreditam que o globalismo cresceu de forma extraordinária no final do século XX, reestruturando as relações entre os atores internacionais (clássicos e novos) e formando uma nova arquitetura da ordem mundial. Essa corrente também pressupõe que as forças políticas são capazes de moldar o futuro da globalização, que é visto como incerto (MAGALHÃES, 2015).

A visão transformacionalista da globalização pode ser atribuída como a mais próxima do pensamento sueco a respeito do fenômeno. Embora tenha sua história formada no poder central e obsoleto do Estado, a sociedade do país escandinavo é otimista em relação à revolução digital e

tecnológica e à constituição da nova economia global, evidenciando sua alta participação no desenvolvimento das novas inovações tecnológicas mundiais através do impulso dos setores industrial e empresarial suecos. Entretanto, ao contrário dos hiperglobalistas, possuem uma visão mais realista do novo mundo contemporâneo, não deixando-os fascinar pelas novas tecnologias e desacreditando na inexorabilidade da globalização, além de manterem o crédito e a legitimidade do Estado, que continua a ser visto como o principal ator político responsável por gerir o território nacional, embora tenham plena consciência da relevância dos novos atores não-estatais contemporâneos (MAGALHÃES, 2015).

Para Castells (2008, apud MAGALHÃES, 2015), a concepção transformacionista considera a economia global como o resultado da adoção de preceitos liberais na política da maioria dos Estados, presumindo, assim, que estes detêm o controle do mercado financeiro. Entretanto, deve-se evidenciar a pluralidade e a intensidade que a nova economia apresenta, demandando um maior esforço dos governos para lidar com a complexidade desse mercado. Essa corrente de pensamento, ademais, acredita que o Estado, agora mais do que nunca, é capaz de usar as novas tecnologias existentes para projetar seu poder de maneiras imprescindíveis (MAGALHÃES, 2015).

Sendo ele o coordenador de todos os setores da economia e da sociedade, o governo central tem a possibilidade de “ressurgir” ao adaptar-se ao novo cenário político dinâmico do século XXI, visando o exercício do poder estatal de forma inédita, ao invés do seu declínio. Portanto, os transformacionistas acreditam que o principal argumento do debate acerca da globalização gira em torno do surgimento de um cenário desconhecido, em que o Estado continua no comando, porém necessita adaptar seus instrumentos de poder clássicos para manter-se no controle dessa conjuntura cada vez mais complexa e interconexa (MAGALHÃES, 2015).

Um dos principais atores não-estatais que emergem no cenário do globalismo intenso são as empresas transnacionais, podendo causar certo temor aos governos nacionais frente à grandiosidade que essas corporações podem atingir (Held et al., 1999 apud MAGALHÃES, 2015). Entretanto, os transformacionistas descreem que a nova dinâmica do capitalismo global apresenta uma ameaça ao Estado-Nação e seu poder absoluto; para eles, o governo central continua administrando toda a extensão territorial, inclusive as empresas transnacionais que, embora consigam maior poder de barganha com o Estado dependendo de sua mobilidade, ainda não podem ser consideradas entidades apátridas ou verdadeiramente internacionais, devendo seguir as jurisdições da administração estatal (MAGALHÃES, 2015; STRANGE, 1992).

Com o término da Guerra Fria no final do século XX, muitos estudiosos argumentaram que a esfera econômica havia ganhado primordial relevância na política mundial. A interdependência interestatal também se mostrou cada vez maior ao mesmo passo que os custos das redes de comunicação diminuíram frente ao desenvolvimento das novas tecnologias (NYE, 2009).

Com a criação da agenda econômica neoliberal evidencia-se o crescimento intenso de atores transnacionais privados e um aumento da interdependência devido à política econômica adotada pela maioria dos Estados. O comércio internacional também aumentara exponencialmente, de 3% a 9% ao ano, além dos mercados financeiros mundiais que se tornaram cada vez mais voláteis (NYE, 2009).

Segundo Keohane e Nye (2000), o incremento do “globalismo” (fenômeno que ocorre através da globalização) pode ser definido como um cenário mundial que consiste em redes de interdependência a distâncias multicontinentais cujas ligações interestatais ocorrem por meio de fluxos e influências de capital e bens, informações, ideias e pessoas. É importante ressaltar que a globalização não implica universalidade, homogeneização ou equidade, mas, de modo contrário, é acompanhada por discrepâncias cada vez maiores entre ricos e pobres (KEOHANE; NYE, 2000; NYE, 2009).

A globalização apresentada por Nye (2009) se distingue em três principais tipos: as globalizações ambiental, militar e social. A primeira categoria diz respeito à rede de interdependência cujos Estados estão atrelados na esfera do meio-ambiente. A grande maioria dos países já percebeu o aquecimento global como a principal ameaça à vida terrestre, adotando medidas mais rígidas para conter o aumento da temperatura e do nível do mar. É importante ressaltar que esse fenômeno já se mostra muito presente na política atual dos países ao criar um novo tipo de refugiado (refugiados climáticos), aquele que é obrigado a deixar seu país devido à destruição causada pelas mudanças climáticas, cujos países receptores devem proporcionar assistência, como a Suécia, responsável por proporcionar abrigo à maioria dos imigrantes que chegaram à Europa em 2015 (NYE, 2009).

A globalização militar refere-se à conjuntura, principalmente do século passado, em que a força acaba sendo empregada para garantir o interesse de um ou mais Estados. Temos como exemplo as Guerras Mundiais, em que os Estados, cada um com seu interesse nacional, cooperam na utilização da força para assegurar seus fins. Por fim, temos a globalização social, que diz respeito ao fluxo de pessoas, culturas e ideias. Essa variação do fenômeno se torna muito importante por

proporcionar a disseminação em massa de ideais políticos, principalmente do poder hegemônico, como o neoliberalismo e a democracia, por exemplo (KEOHANE; NYE, 1987; NYE 2009).

Atualmente, no século XXI, portanto, nota-se a importância dos mercados para o desenvolvimento dos Estados, que tiveram suas metas nacionais e práticas de exercício de poder modificadas com a emergência da nova conjuntura mundial, podendo citar as sanções econômicas como um método cada vez mais utilizado pelos Estados para garantir seus objetivos, ao invés do uso da força militar. Embora a globalização venha acontecendo há séculos, a realidade contemporânea é, segundo Friedman (apud NYE 2009) muito mais rápida e intensa, barata e abrangente, diferenciando-se dos séculos passados (KEOHANE; NYE, 1987; NYE, 2009).

Por conseguinte, tendo em mente que a interdependência entre os Estados está cada vez mais acentuada, as conexões interestatais demonstram-se progressivamente mais significantes para o mantimento dos países no sistema internacional. Nye (2009) elucida perfeitamente o maior cuidado estatal exigido devido à nova conjuntura:

quando as autoridades governamentais modelam as políticas externas, encontram a crescente intensidade do globalismo - a densidade das redes de interdependência -, o que significa que os efeitos de acontecimentos em uma região geográfica, ou a dimensão econômica ou ecológica, podem ter consequências profundas sobre outras regiões geográficas, em dimensões militares ou sociais. (Nye, 2009, p. 247)

Logo, com as redes cada vez mais interligadas, é possível perceber como conturbações em uma região do mundo podem gerar consequências, muitas vezes imprevisíveis devido à complexidade das relações, em diversas outras partes da comunidade internacional, definindo os efeitos sistêmicos das últimas décadas.

Outro conceito que deve ser definido para a realização deste estudo é a interdependência complexa, podendo ser descrito como um cenário em que os acontecimentos e atores de um sistema afetam-se mutuamente e em que diversos canais de contato conectam sociedades (ou seja, os Estados não monopolizam esses contatos), não há hierarquia de questões, e a força militar não é usada pelos governos uns contra os outros, substituindo-a pelas sanções econômicas. Jean-Jacques Rousseau constata que o conflito está inerente à interdependência; entretanto, em um mundo cada vez mais globalizado, o isolamento total dos outros países se torna inalcançável ao mesmo passo que a dependência mútua dos Estados torna-se cada vez mais necessária para sua sobrevivência no Sistema Internacional (KEOHANE; NYE, 1987; NYE, 2009).

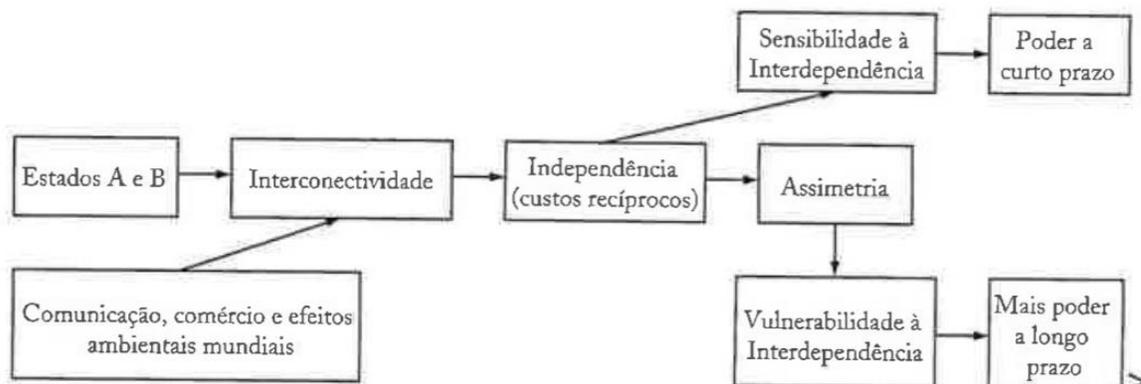
É possível observar, ademais, que a interdependência possui outro efeito na política interna dos Estados. Segundo Nye (2009), a teoria clássica de equilíbrio de poder acaba se tornando

inválida ao considerar que um país atuará de modo apenas a prejudicar outro e garantir sua preponderância. Tendo em vista a conjuntura globalizada de interdependência, os Estados agora também se preocupam e estão atrelados ao bem-estar dos outros países, levando em conta que ganhos absolutos para um Estado se traduzem em ganhos relativos aos demais (NYE, 2009).

Após ser introduzida a noção de que os Estados podem ganhar com as relações mais intensas com os outros players do sistema, deve-se atentar também aos riscos, ou “custos da interdependência”. Como consequência da maior interdependência dos últimos tempos, é possível observar uma sensibilidade a curto prazo ou uma vulnerabilidade a longo prazo. Temos como sensibilidade a quantidade e a rapidez dos efeitos da dependência mútua ou, em outras palavras, o passo em que as ações em uma parte do sistema geram seguimento em outra parte. Vulnerabilidade, de outro modo, refere-se ao dispêndio de se esquivar da estrutura do sistema, dependendo de como um Estado é apto a reagir às alterações sistêmicas (NYE, 2009).

Deve-se notar, por conseguinte, que apesar da interdependência ser mútua entre os Estados, essa nem sempre é 100% igual para todos, considerando que na maioria dos casos a interdependência acaba sendo assimétrica devido às assimetrias entre os Estados e suas relações. Nye (2009) exemplifica na figura abaixo que quanto menor sua dependência maior é seu poder, visto que sua vulnerabilidade acaba sendo menor do que a da outra parte (KEOHANE; NYE, 1987). Podemos atribuir esse conceito tanto para relações entre Estados quanto para relações entre Estado e Sistema, visto que os players que conseguem assegurar seus interesses frente ao mundo globalizado e interconexo acabam por possuir um poder relativo maior (KEOHANE; NYE, 1987; NYE, 2009).

Figura 3 - Assimetria da interdependência



Fonte: Nye (2009).

Em suma, o Sistema Internacional demonstra-se como uma estrutura cada vez mais complexa ao observarmos a emergência de novos atores, novos tipos de relações e problemáticas não-existentes em outros períodos devido às novas tecnologias. Assim, é importante ressaltar que o estudo desse sistema não pode mais ser executado apenas através das relações interestatais e da luta pela sobrevivência através do conflito e do equilíbrio de poder, mas como uma sociedade mundial diversa e interconectada, em que os players devem cooperar para o asseguramento de seus próprios interesses, tendo em vista que a interdependência estatal se apresenta de maneira absoluta.

Isto posto, conclui-se que o entendimento da globalização e suas implicações é fundamental para a realização deste trabalho, visto que esse processo é utilizado durante todo o decorrer da dissertação para compreender o objeto principal, o Estado de bem-estar sueco. A compreensão da necessidade de conectar a política e a economia para a análise do objeto, segundo os preceitos da Economia Política Internacional, nos permite assimilar como o processo da globalização possui implicações multidimensionais, como será observado no próximo capítulo.

4 OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO WELFARE STATE SUECO: IMPLICAÇÕES NAS ESFERAS POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Como evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho, muitos dos países europeus desenvolveram progressivamente um conjunto de regulamentos e instituições de políticas econômicas e sociais que se tornaram conhecidos, segundo Vaughan-Whitehead (2015), como o Modelo Social Europeu. O Modelo Social Europeu, servindo como fonte de inspiração para muitos outros países e regiões, se demonstrou como a base fundamental para a estabilidade e a paz social nas nações do continente, evidenciando a qualidade elevada dos serviços públicos e o pleno acesso à educação e aos cuidados de saúde ofertados pelos Estados como fatores contribuintes para o bem-estar da população e seu pleno desenvolvimento, conseqüentemente (VAUGHAN-WHITEHEAD, 2015).

Allan Pred observa que, de 1930 a 1960, a Suécia serviu como um símbolo internacional de modernidade em que o bem-estar social e a engenharia social infundiram a vida cotidiana. Devido ao seu estrondoso sucesso, Urban Lundberg e Mattias Tydén sugerem que o Modelo sueco, um conceito frequentemente vinculado a qualidades como democracia política, bem-estar social e igualdade econômica, foi usado como base para o argumento de intelectuais progressistas em debates domésticos na década de 1930 em diversos países europeus, além dos Estados Unidos (SKOOG, 2018).

O projeto desenvolvimentista sueco do *Folkhemmet* (ou "lar do povo") tornou-se amplamente conhecido, sendo impulsionado principalmente pelo Partido Social-Democrata em sua construção do Estado de bem-estar sueco, que visa, como Pred coloca, criar “uma grande casa para todos, de uma sociedade povoada por cidadãos racionais, esclarecidos e socialmente responsáveis. Em 1944, a visão de um Estado de bem-estar estava rapidamente se tornando o novo consenso político e os compromissos com o pleno emprego, um serviço nacional de saúde, reforma educacional e benefícios às famílias estavam na agenda (SKOOG, 2018).

Em 1946, Marjorie Banks, uma produtora da BBC, descreveu a Suécia como um "olhar para o futuro". A Suécia, de acordo com Banks, havia conseguido alcançar os tipos de reformas sociais que países como a Grã-Bretanha no pós-guerra esperavam. Ademais, a *The Economist* insinuou que os países nórdicos seriam o “próximo supermodelo” por reinventar seu modelo de capitalismo e por servir como um projeto a ser seguido tanto por políticos de direita quanto

esquerda acerca de como reformar o setor público, tornando o Estado mais eficiente e responsivo (HOLMÉN; KOIVUNEN; OJALA, 2021; SKOOG, 2018).

Segundo Valocchi (1992), o sistema de bem-estar sueco é único entre as nações ocidentais, sendo o universalismo e a solidariedade, ou seja, a provisão pública de renda, bens e serviços a todos os cidadãos suecos sem levar em conta a contribuição anterior, a marca registrada desse sistema. A Suécia construiu um dos sistemas de previdência mais abrangentes do mundo e, ao mesmo tempo, promoveu uma taxa de crescimento que manteve a competitividade internacional e garantiu aumentos constantes na renda real, compreendendo o período considerado a “era de ouro” desse sistema, até a década de 1970. (SILVERMAN et al, 1980; VALOCCHI, 1992).

As políticas de bem-estar, ademais, têm mostrado que os desenvolvimentos econômicos e sociais estão, de fato, inter-relacionados, como proclamado pela Economia Política Internacional. No entanto, reconhece-se que, nos últimos anos, o Modelo Social Europeu foi submetido a desafios sem precedentes característicos da conjuntura internacional que emerge no final do século XIX e início do século XX. Desta forma, é possível evidenciar, por sua vez, a existência de um paradoxo na conjuntura dos Estados de bem-estar social, em que esses países, que antigamente contavam com baixas diferenças de renda, alta fé nas instituições políticas e sociais e alta homogeneidade cultural, estão atentos à possíveis cenários de polarização, desintegração e diminuição da confiança social (HOLMÉN; KOIVUNEN; OJALA, 2021; VAUGHAN-WHITEHEAD, 2015).

Isto posto, ao longo deste capítulo propõe-se uma discussão acerca do sucesso escandinavo, especialmente no caso da Suécia no século XX, e suas prospecções para o século XXI, em que a combinação de democracias estáveis, liberdade individual, crescimento econômico e sistemas abrangentes de seguridade social está em uma encruzilhada na atual conjuntura da economia digital global, apresentando mudanças em relação à cultura e à política, bem como desafios à democracia (HOLMÉN; KOIVUNEN; OJALA, 2021). Referente a isso, percebe-se a necessidade de avaliarmos os resultados da conjuntura globalizada atual para com o *welfare state* sueco nos eixos político, econômico e social, o que, embora seja uma tarefa difícil desmembrá-los devido a sua interconexão, segundo a Economia Política Internacional, serão discutidos separadamente, visando uma análise mais aprofundada.

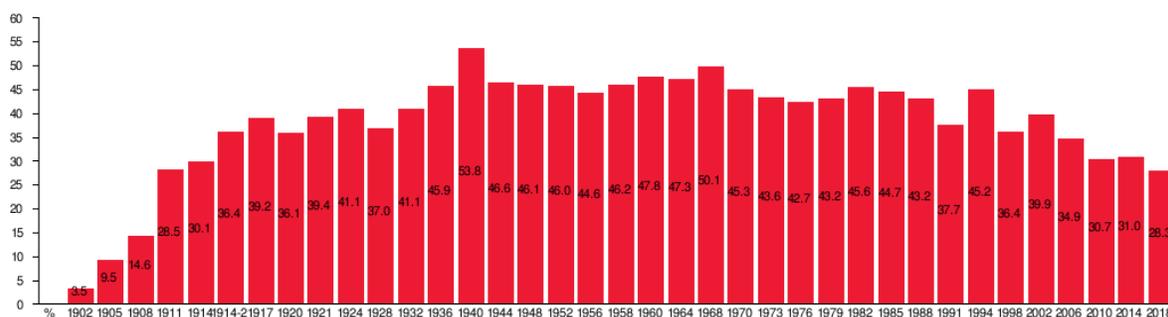
4.1 Aspectos do âmbito político doméstico

Segundo Valocchi (1992), há divergências entre os cientistas sociais acerca de como o Estado de bem-estar social sueco assumiu sua forma atual. Alguns estudiosos observam suas origens no poder político do interesse agrário na primeira metade do século XX, enquanto outros localizam as origens em um período muito mais além em um regime monárquico burocraticamente centrado que existiu do século XVII ao século XX e que criou estruturas e instituições políticas e de tomada de decisão analiticamente completas e politicamente consensuais (VALOCCHI, 1992).

As características das políticas do Estado de bem-estar sueco em sua gênese eram meramente tendências, até que o Partido Social-Democrata sueco se tornou um partido reformista na década de 1920 e desenvolveu uma política para institucionalizar e estender essas tendências, resultando na adoção do princípio da universalidade, da operação dos serviços públicos apoiados por impostos, das obras públicas formuladas pela engenharia social e das políticas de pleno emprego. Mais importante do que o equilíbrio de poder entre os interesses sociais, a Suécia possuía um sistema profundamente enraizado de formulação de políticas deliberativas, consultivas e centradas no Estado, que permitia que ideias sugeridas por economistas dissidentes e velhas ideias herdadas de políticas anteriores fossem unidas e integradas em reformas nacionais coerentes (ÖSTBERG, 2021; VALOCCHI, 1992).

O Partido Social-Democrata, peça política fundamental para o desenvolvimento do sistema sueco que conhecemos atualmente, agindo como representante político da classe trabalhadora industrial, assume o papel central na política nacional desde o período entre guerras. Equipado com valores socialistas de igualdade, solidariedade e eficiência, um compromisso com a política parlamentar e laços estreitos com o movimento sindical, o partido social-democrata chegou ao poder em 1932 com 41% dos votos (como observado no gráfico abaixo), através da formação de um governo de coalizão com o Partido Agrário, e passou a reformular a política social da Suécia, ganhando cada vez mais apoio popular e consequentemente tornando-se um sinônimo de progresso para o Estado sueco (ÖSTBERG, 2021; VALOCCHI, 1992).

Gráfico 2 - Porcentagem de votos do Partido Social-Democrata sueco (1902-2018)



Fonte: Wikipedia, 2021.

O Partido, ademais, governou a Suécia por quarenta e quatro anos consecutivos, até 1976. A estabilidade institucional e a continuidade política, sem deixar de mencionar a conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra aberta ao keynesianismo, foram fatores cruciais para a criação das condições organizacionais e institucionais para a implementação bem-sucedida da estratégia social-democrata de bem-estar (SILVERMAN et al, 1980).

Veggeland (2014) afirma que, entre os anos 1970 e 1990, o neoliberalismo ganhou proeminência no mundo ocidental através de uma série de reformas que incluíam também o setor público, com a New Public Management (NPM) como carro-chefe. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1980, as críticas ideológicas contra as políticas universais de bem-estar público e seguridade social alcançaram os países nórdicos, resultando no crescimento de um sentimento antiestatista (VEGGELAND, 2014).

O consenso que emerge no final do século XX, desta forma, difere-se dos ideais keynesianistas anteriormente adotados. A política econômica dominante em âmbito interestatal mudou seu enfoque de falhas de mercado que exigiam soluções políticas para falhas dos Estados que exigiam soluções de mercado, além da preocupação com o lado da oferta que substituiu a preocupação com o lado da demanda (SILVERMAN et al, 1980).

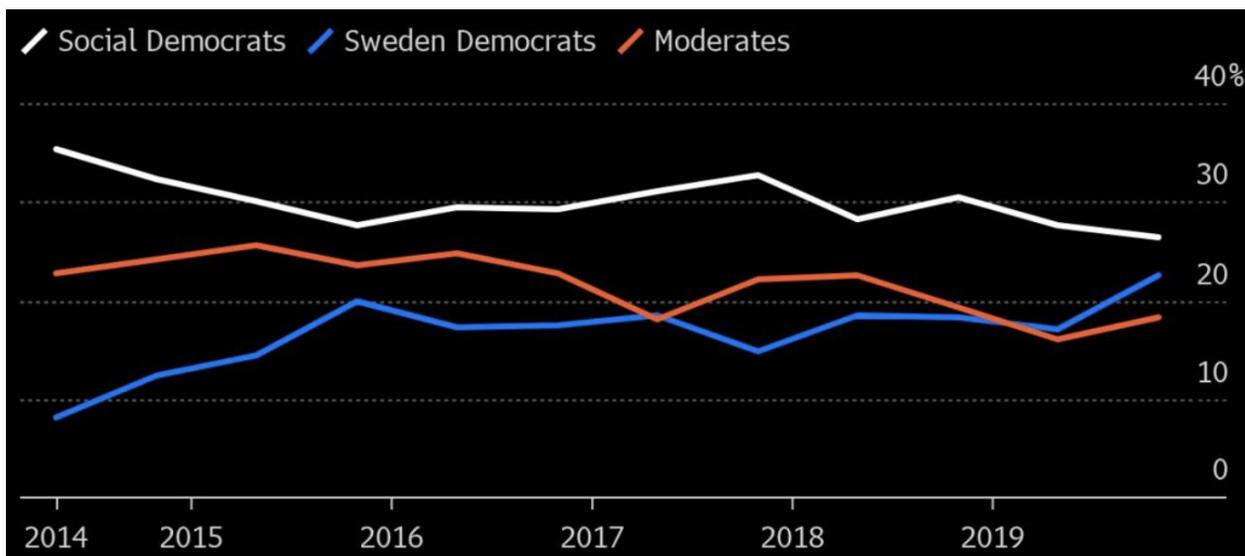
Segundo Andersen (2012), os fatores políticos, ideológicos e institucionais têm sido os principais motores da mudança desde a gênese do Estado de bem-estar social. Esses fatores políticos determinam se o bem-estar é provido pelo Estado ou pela área privada, determinam o financiamento e também o resultado distributivo dessa política. Este tem sido o caso até agora e, embora os *welfare states* sempre tenham que se ajustar às mudanças no ambiente, fatores políticos,

ideológicos e institucionais serão definitivamente os principais determinantes do destino dos Estados de bem-estar social (ANDERSEN, 2012).

Nas duas últimas décadas, o neoliberalismo anglo-saxão penetrou gradativamente os países nórdicos, ameaçando o próprio modelo. Em primeiro lugar, esta penetração é encontrada em políticas de quebra de monopólios de serviço público, privatização, exposição das atividades do setor público à concorrência do mercado e, por fim, a liberalização do mercado de trabalho. Ademais, uma onda de populismo reacionário agora está abalando a ordem política do país, enfraquecendo o vínculo inquestionável que os suecos anteriormente sentiam entre o patriotismo e o socialismo, que estivera implícito no conceito do *folkhemmet* desde o início. Nesse ínterim, muitos suecos estão optando por acatar seus próprios ideais de esquerda perdidos votando na extrema direita nas urnas (BROWN, 2018; (HOLMÉN; KOIVUNEN; OJALA, 2021; VEGGELAND, 2014).

Ademais, segundo o gráfico abaixo, o apoio aos nacionalistas Democratas Suecos se demonstra em aumento constante, possibilitando o partido a se tornar a maior força política do país no futuro próximo.

Gráfico 3 - Apoio popular aos três principais partidos políticos suecos



Fonte: ROLANDER, 2019.

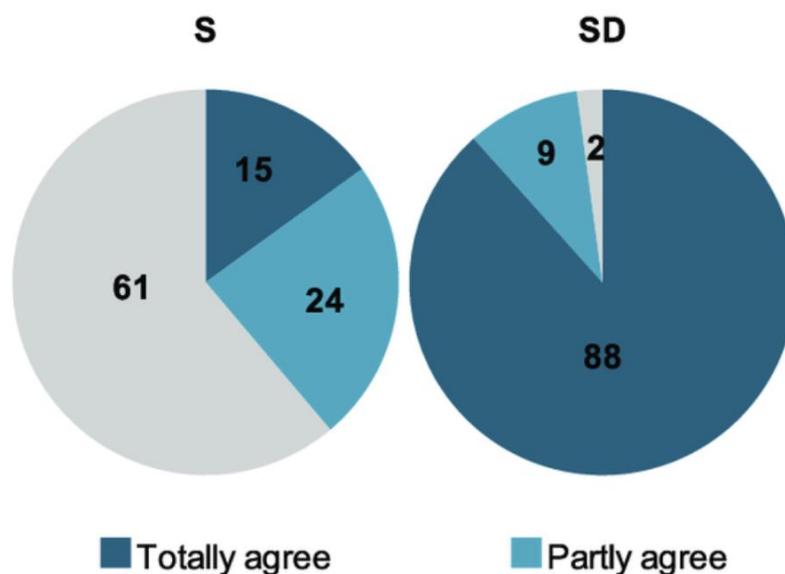
Segundo Rolander (2019), cerca de 22,6% dos suecos votariam nos *Sweden Democrats*¹⁹ no ano de 2019, de acordo com a pesquisa da agência de estatísticas do país, *Statistics Sweden*. Outrem, mostra-se necessário evidenciar o aumento do apoio ao partido Moderado (conservador) em detrimento do partido Social-Democrata, o que revela a tendência da direita sueca de assumir o controle político nas próximas décadas.

A pauta de imigração pode ser considerada um dos principais fatores políticos que contribuíram para o aumento do apoio aos partidos de direita suecos. A reação nacional à crise dos refugiados em 2015 foi visivelmente diferente das políticas externas de seus países vizinhos na época - os principais meios de comunicação na Suécia defenderam a política generosa de refugiados de seu governo e condenaram os protestos contra ela realizados pelo partido populista e com raízes ideológicas no movimento de direita radical, *Sverigedemokraterna* (Democratas Suecos), que passou a adquirir crescente apoio popular e possuir representação parlamentar desde 2010. A xenofobia e a anti-imigração têm sido as principais plataformas ideológicas do partido e as principais razões pelas quais ele conseguiu ganhar tamanha quantidade de votos e apoio público (BROWN, 2018; (ÖSTBERG, 2021).

O gráfico a seguir serve para ilustrar as diferenças expressivas entre os partidos Social-Democrata e Democratas Suecos em relação à pauta migratória.

¹⁹ Democratas Suecos, em inglês; Partido político de extrema-direita sueco.

Gráfico 4 - Proporção (%) de eleitores dos partidos Social Democrata (S) e Democratas Suecos (SD) concordam parcial ou totalmente que a imigração para a Suécia deve ser reduzida.

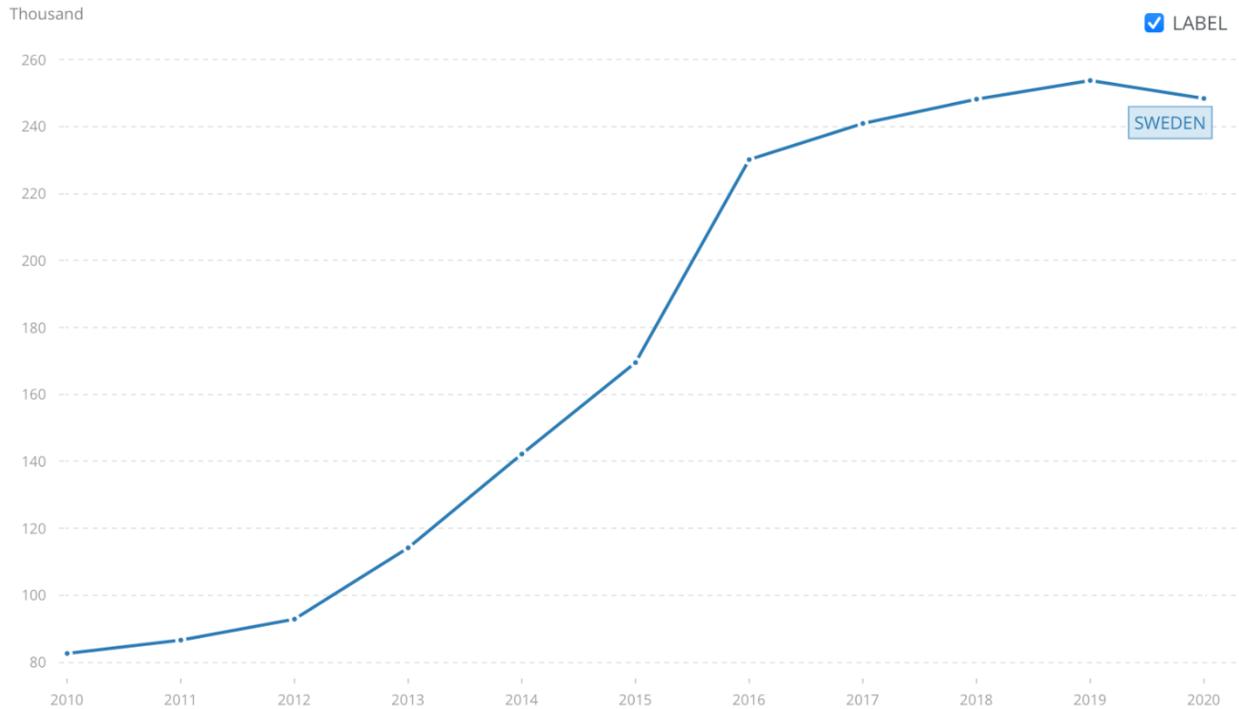


Fonte: JYLHÄ; RYDGREN, 2019.

Desta forma, nota-se que quase 100% dos eleitores dos *Sweden Democrats* são, de alguma maneira, a favor da redução de imigrantes no país, sendo quase 90% deles totalmente a favor. A realidade é encarada de uma maneira totalmente diferente pela parcela social-democrata que, em sua maioria, não concorda com a diminuição do fluxo de imigrantes (JYLHÄ; RYDGREN, 2019).

Conforme apresentado no Gráfico 5, no final de 2015, mais de 160 mil refugiados chegaram à Suécia, o que era muitas vezes mais do que em qualquer outro país nórdico ou pequena Nação da UE e o governo social-democrata sueco, portanto, foi forçado a introduzir restrições de imigração semelhantes às de outros países devido ao crescente apoio popular a partidos conservadores e de extrema-direita. Enquanto o Estado começou gradualmente a implementar uma política de imigração mais restrita, a cobertura da mídia sobre as opiniões anti-imigração tornou-se mais matizada (MEINANDER, 2021).

Gráfico 5 - Quantidade de refugiados recebidos pela Suécia



Fonte: World Bank, 2021.

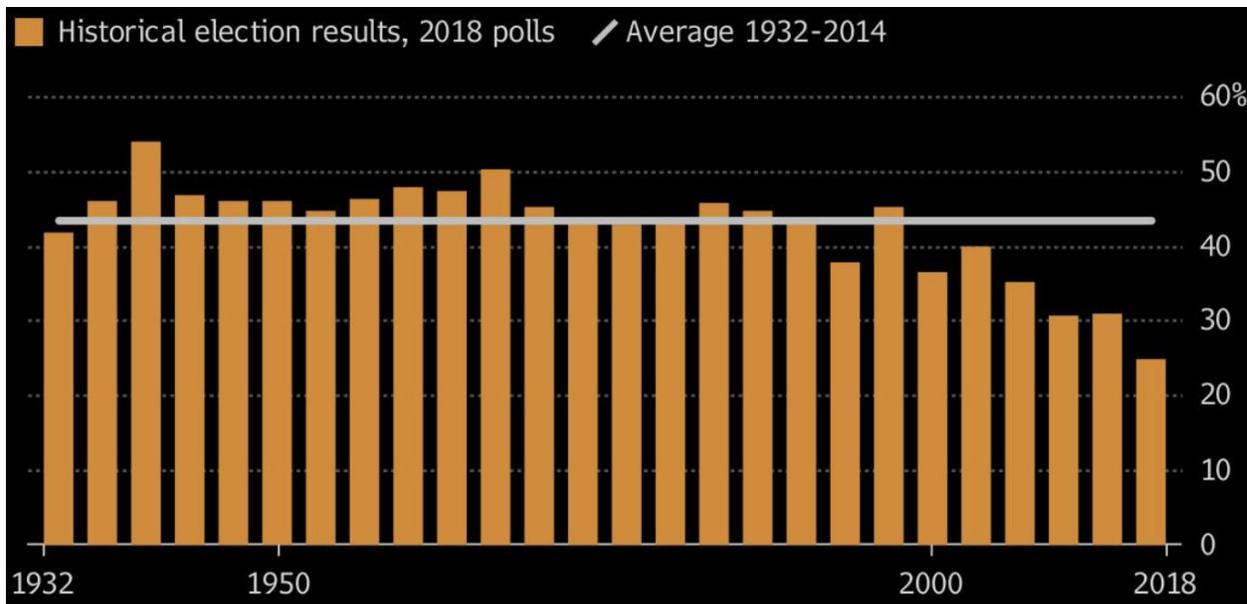
Inicialmente, apenas os Democratas Suecos criticaram a imigração em massa. Quando o partido começou a crescer e as deficiências na organização do acolhimento de refugiados se tornaram mais óbvias, a maioria dos principais partidos, incluindo os sociais-democratas, concordou em interromper imediatamente o influxo e reajustar a política de imigração sueca para se conformar ao critério mínimo da UE. Essa mudança foi mais do que uma adaptação formal às novas condições, foi acompanhado por um aumento de sentimentos anti-imigrantista, anti-muçulmanos e exigências dos partidos tradicionais, incluindo os social-democratas no governo, por uma legislação mais rígida contra o que se dizia serem crimes cometidos por imigrantes (ÖSTBERG, 2021).

A razão para essa transformação da política de imigração sueca não foram apenas os desafios que causaram às autoridades locais, mas também o crescimento considerável do partido populista *Sverigedemokraterna* nas pesquisas de opinião de 2015 a 2017. Quando sua popularidade se aproximou de 20%, os outros partidos estavam inclinados a reconhecer de alguma forma seus pontos de vista e até discutir a possibilidade de formar um governo com o apoio do partido populista (MEINANDER, 2021).

Pouco antes das eleições de 2018, as políticas dos social-democratas deram uma guinada para a direita, não só no que diz respeito à legislação relacionada com os imigrantes, mas também em termos de atitudes em relação à lei e à ordem. Em 2017, a Suécia foi atingida por um ataque terrorista e, ao mesmo tempo, chamou a atenção a uma série de tiroteios fatais que foram associados a gangues de criminosos de origem imigrante. Desde então, os Democratas Suecos não estavam mais sozinhos ao exigir penas mais severas para crimes que supostamente estavam relacionados à imigração (ÖSTBERG, 2021).

Isto posto, o Partido Social-Democrata, antigamente tão claramente estabelecido, contando com o apoio das massas dominadas pela classe trabalhadora e com raízes profundas em sindicatos e movimentos populares, se demonstra em profunda crise ideológica, política e organizacional. Os social-democratas sofreram derrotas dramáticas em uma série de eleições parlamentares, além de perderem 40% de seus eleitores (ver gráfico abaixo) e dois terços de seus membros nas últimas décadas (ÖSTBERG, 2021).

Gráfico 6 - Apoio popular ao Partido Social-Democrata abaixo da média histórica



Fonte: BILLNER; LINDERBERG, 2018.

Tão repentina e inesperadamente quanto a social-democracia do pós-guerra havia entrado em sua idade de ouro, seu declínio começou. Foram crises estruturais associadas a grandes mudanças ocorridas no capitalismo global que tiveram sérias consequências para a taxa de emprego

e os padrões de vida e levaram a grandes mudanças ideológicas, principalmente na percepção do Estado de bem-estar. A política econômica keynesiana não se mostrava mais efetiva e a estagnação, uma combinação da inflação e estagnação econômica, tornou-se um novo fenômeno (ÖSTBERG, 2021).

A solução governamental foi liberar os poderes de autocura do capitalismo, para enfatizar a primazia do mercado em vez da política. Mais uma vez, os desenvolvimentos econômicos globais influenciaram muito a democracia, fazendo com que o Estado de bem-estar social encolhesse e, em grande medida, fosse integrado à economia de mercado. Os esforços para a descomodificação, que eram notáveis na Suécia, diminuíram ou cessaram completamente ao mesmo tempo que a dívida Estatal aumentara, contribuindo para uma situação em que cada vez menos recursos do Estado pudessem ser usados para financiar novas reformas (ÖSTBERG, 2021).

Tudo isso atingiu fortemente a social-democracia. Foi um desafio imposto a sua principal ideologia defendida - Keynes e as tentativas de regular o mercado, usando um setor público em expansão como uma alavanca para reduzir seu poder. A crise também atingiu diretamente a base do movimento social-democrata, a classe trabalhadora industrial. Isso foi, em parte, resultado de um declínio significativo no número de empregos industriais; também foi em parte porque o ideal comum de luta compartilhada, que desempenhou um papel tão importante na criação do movimento dos trabalhadores, se tornou um tanto desgastado durante os anos dourados do Estado de bem-estar sueco. Não só na Suécia, os sociais-democratas foram forçados a se adaptar a essas novas condições, geralmente como resultado de agudas crises políticas e econômicas (ÖSTBERG, 2021).

Os sociais-democratas europeus, inicialmente inspirados pelo New Labour²⁰, iniciaram um diálogo sobre as questões importantes desta nova era globalizada e conectada pelos princípios neoliberais, como a tecnologia da informação e a individualização. Para participar desse discurso, eles aceitaram suas condições fundamentais: monetarismo; um mercado mais livre e desregulamentado; um orçamento equilibrado; inflação baixa em vez de menos desemprego; diminuição da transferência de renda (ou seja, maiores disparidades de renda); e privatização. O sistema de previdência e o setor público tiveram de ser simplificados, reduzidos, mas não abolidos (ÖSTBERG, 2021).

²⁰ Nome dado ao Partido Trabalhista do Reino Unido, quando liderado por Tony Blair, para mostrar uma renovação do partido com uma tendência menos de esquerda e mais moderna.

Desta forma, percebe-se que os social-democratas abandonaram o que foi, durante seus anos de sucesso, seu ponto de discussão mais forte - a premissa da priorização das preocupações políticas sobre os interesses do mercado. Ademais, o espaço no qual os partidos de massa tradicionais, principalmente os social-democratas, operavam também mudou fundamentalmente, criando uma distância maior entre os cidadãos e seus representantes. A impessoalidade na política trazida pelo advento de novas tecnologias resultou em um enfraquecimento da lealdade do eleitor a um partido, tornando-se cada vez mais comum alterar as preferências partidárias entre as eleições. O surgimento de partidos populistas de direita pode, até certo ponto, ser visto como uma reação a esse desenvolvimento (ÖSTBERG, 2021).

Percebendo a conjuntura dinâmica da globalização, a fundação do Estado de bem-estar solidário se desgastou. Os aumentos da previdência social, bem como os aumentos nos subsídios, como benefícios para crianças, estagnaram mediante o aumento da inflação. A contínua privatização da assistência e da educação minou o controle político de um aparato previdenciário anteriormente administrado pelo governo e criou novas fissuras, especialmente dentro do setor educacional. O retorno de um governo social-democrata em 2014 apenas levou a pequenos ajustes dessa política (ÖSTBERG, 2021).

Visando deter uma aliança dos partidos Conservador e Cristão com os novos partidos populistas de direita, os social-democratas tiveram de aceitar um acordo político que obrigava o governo a executar um programa neoliberal robusto, incluindo o aumento da privatização do setor de bem-estar, impostos mais baixos para os ricos e aluguéis mais altos para os inquilinos (ÖSTBERG, 2021).

Assim, a combinação das posições de fortalecimento da economia de mercado global, o declínio do espaço para decisões políticas, as ambições cada vez menores da liderança social-democrata e o desaparecimento gradual do movimento que uma vez constituiu o núcleo do movimento social-democrata levou à corrosão do apoio popular à Social-Democracia e a um futuro incerto para o mantimento do Estado de bem-estar social sueco (ÖSTBERG, 2021).

Em suma, contrastando com a maioria dos outros países europeus onde o diálogo entre os partidos populistas e estabelecidos ainda não é muito racional, os partidos populistas nórdicos mostraram tentativas de amadurecer em forças políticas mais responsáveis durante a década de 2010. No entanto, essa tendência dependerá, em última análise, de como as economias nórdicas

podem se ajustar a uma série de mudanças em curso no mercado mundial (MEINANDER, 2021; ÖSTBERG, 2021).

O impacto da migração em massa e da geopolítica não deve ser esquecido. É seguro supor que os países nórdicos receberão um número crescente de imigrantes nas próximas décadas e que isso poderia estimular substancialmente suas economias domésticas. Uma integração eficiente desta nova população exigirá, no entanto, medidas crescentes e muitos compromissos políticos, nos quais as opiniões populistas estarão representadas. E, no entanto, cada vez que ocorrem mudanças geopolíticas e crises internacionais, esses acordos são difíceis de manter quando as economias sofrem e o afluxo repentino de refugiados exige ações mais rápidas (MEINANDER, 2021).

Segundo Andersen (2012, p. 32, tradução nossa)²¹:

Se os funcionalistas estavam certos em ver o Estado de bem-estar social como necessário para a sociedade e em prever uma parcela cada vez maior do PIB sendo gasta para o bem-estar - privado ou público - eles também estão certos em enfatizar a importância de novos desafios. O estado de bem-estar sempre foi forçado a se adaptar a fatores contextuais, incluindo demografia e competição internacional.

Desta forma, a partir dessa análise do escopo político da Suécia, passaremos a discussão para os âmbitos econômico e social/demográfico, sucessivamente.

4.2 Aspectos da economia sueca

Segundo Silverman et al (1980, p. 36, tradução nossa)²², “o Estado de bem-estar sueco, que já foi um modelo do meio-termo entre o capitalismo irrestrito e o socialismo burocrático, está em apuros”. Percebe-se que a estratégia social-democrata assentou-se em três pilares: Primeiramente, havia a economia mista, pressupondo uma independência estratégica da empresa privada do setor público que deixava a tomada de decisões na esfera da produção em grande parte para os gestores do capital; Em segundo lugar, o "socialismo distributivo" dependia de um crescimento econômico estável para permitir a expansão simultânea do consumo público e privado; e, por fim, a estratégia

²¹ Texto original: “If functionalists were right in seeing the welfare state as necessary for the surrounding society and in predicting an increasing share of the GDP being spent for welfare – private or public – they are also right in emphasizing the importance of new challenges. The welfare state has always been forced to adapt to contextual factors, including demography and international competition.”

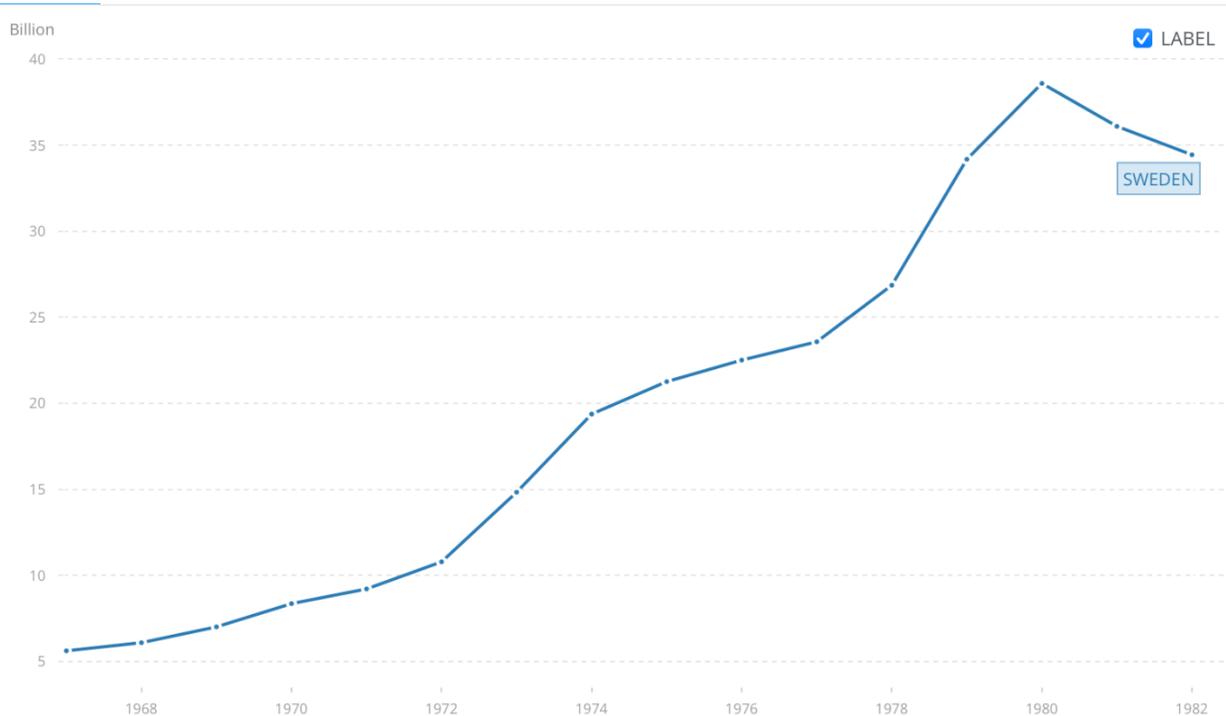
²² Texto original: “The Swedish welfare state, once a model of the middle way between unfettered capitalism and bureaucratic socialism, is in trouble.”

social-democrata dependia de relações cooperativas entre trabalho e gestão tornadas mutuamente vantajosas por meio da partilha dos benefícios da economia (SILVERMAN et al, 1980).

No entanto, durante a década de 1950 e 1960, no fim da “era de ouro” do Modelo Nórdico, surgem os primeiros sintomas, imperceptíveis na época, para minar os alicerces dessa estratégia. Dentre os acontecimentos mais relevantes, a recessão mundial em 1974-75 e a subsequente recuperação limitada retardaram o crescimento econômico, restringindo a capacidade da Suécia de financiar seu sistema de bem-estar. Além disso, a inflação mundial, devido em parte ao acúmulo especulativo temporário de estoques em 1972 e aos aumentos de preços da OPEP contribuíram para um aumento significativo na taxa de inflação doméstica (SILVERMAN et al, 1980).

Ademais, a Suécia dependia fortemente do comércio internacional e, portanto, os fatores especiais que reduziam a demanda internacional por exportações suecas tradicionais, como construção naval e bens de capital, eram particularmente problemáticos. Como é possível perceber no gráfico a seguir, no início da década de 1970, o constante aumento das exportações criaram ilusões de que as empresas poderiam antecipar altos níveis de lucratividade. O excesso de otimismo gerou políticas para superar a recessão de 1974-75, inflando a demanda até que a recuperação internacional começasse. Subsídios foram fornecidos para apoiar o acúmulo de estoques, e os lucros inflacionados mantiveram o nível de investimento industrial alto em 1975 (SILVERMAN et al, 1980).

Gráfico 7 - Crescimento das exportações suecas na década de 1970



Fonte: World Bank, 2021.

Nessa atmosfera de expectativas inflacionárias, a confederação trabalhista sueca e a associação patronal negociaram aumentos salariais sem precedentes, resultando no aumento dos custos salariais da indústria sueca em aproximadamente 25 por cento durante 1975-76 em relação aos países da OCDE em geral. Como consequência da redução da demanda, o Estado aumentou gradualmente sua participação no Produto Interno Bruto de 35% em 1965 para 64% em 1978. Ademais, os programas do governo mantiveram o nível de emprego alto e a taxa de desemprego em aproximadamente 2%, o que reduziu o sofrimento humano dos suecos na época, mas também mascarou a quantidade real de subemprego e capacidade inativa na economia e revelou a incapacidade de muitas empresas de se sustentarem sem a ajuda estatal mediante as tensões de um mercado livre (SILVERMAN et al, 1980).

Sob o peso dessas circunstâncias, a crise do Estado de bem-estar social sueco emergiu à vista de todos, e percebeu-se que não era mais possível financiar a expansão do sistema de bem-estar principalmente pelo crescimento econômico nacional - a provisão do governo de segurança para o público começou a parecer inacessível e o país mudou do planejamento central para uma forma de capitalismo muito mais descentralizada e menos regulamentada (BROWN, 2018).

Segundo Myrdal (apud SILVERMAN et al, 1980), com o crescimento econômico é possível aumentar o gasto público e ainda ter um aumento no consumo privado. Entretanto, em uma situação em que não há crescimento econômico, os gastos públicos não são facilmente aceitos. Essas são as condições atuais que acabam por criar dificuldades para o funcionamento do Estado de bem-estar.

O Modelo social europeu mudou progressivamente na última década (HERMANN, 2013 apud VAUGHAN-WHITEHEAD, 2015), e a crise de 2008 e as iniciativas de consolidação fiscal que se seguiram aceleraram o processo. Sob a pressão da crise financeira e após a introdução da consolidação fiscal para reduzir a dívida, vários países europeus alteraram muitos elementos desse modelo: proteção social, pensões, serviços públicos, direitos dos trabalhadores, qualidade do emprego e condições de trabalho e diálogo social (VAUGHAN-WHITEHEAD, 2015).

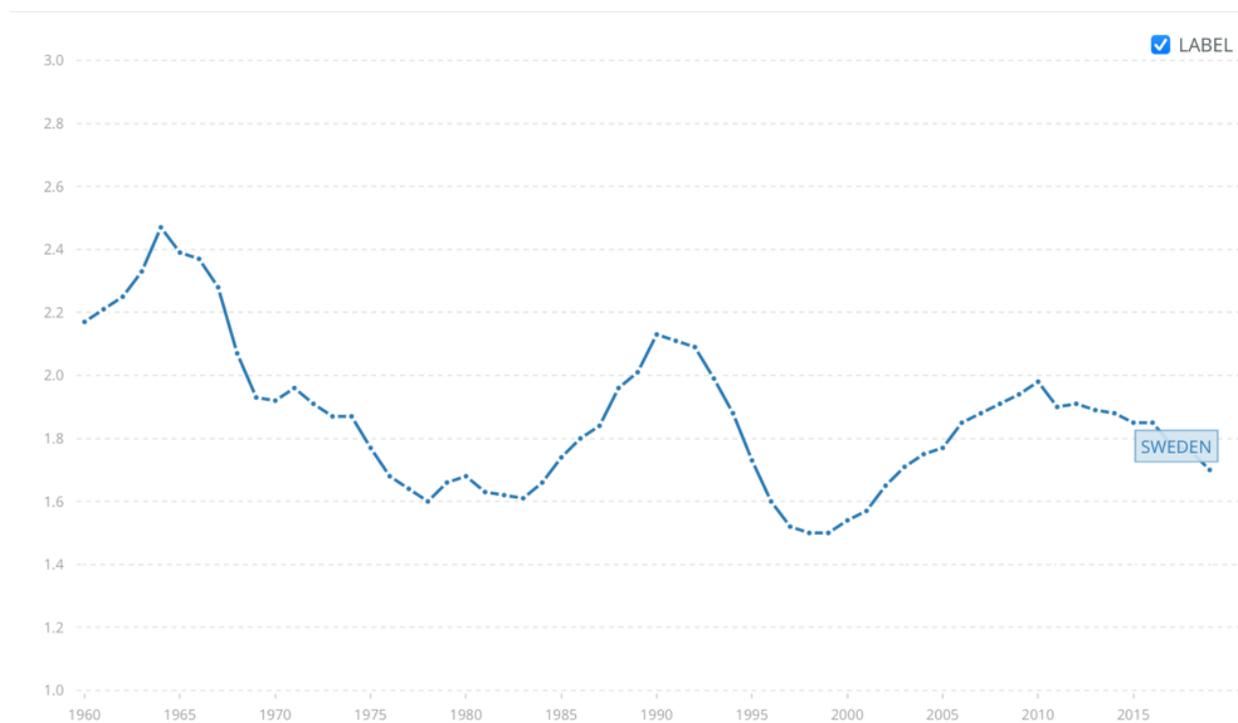
A maioria dos benefícios do Estado de bem-estar sueco são financiados por tributação progressiva ou contribuição dos empregadores. Na área do desemprego, a Suécia é única por não enfatizar os seguros, mas sim a prevenção, usando de políticas macroeconômicas, de obras públicas e de retreinamento de trabalhadores para alcançar o pleno emprego e salários adequados. Outro fator importante que se deve ressaltar é que o grau de sindicalização na Suécia é alto e os salários, juntamente com os salários-mínimos, são decididos em regime de negociação coletiva (IQBAL; TODI, 2015; VALOCCHI, 1992).

Ademais, qualquer pessoa que esteja ativamente à procura de emprego nas economias nórdicas tem direito a um certo subsídio diário que varia de país para país. Os salários de desemprego são, em alguns casos, ainda mais elevados do que o salário-mínimo básico na economia, reforçando a ideia de igualdade na economia. Entretanto, uma grande desvantagem dessas altas taxas de seguro-desemprego é como a pessoa que recebe o benefício responde a isso. Os agentes econômicos respondem aos incentivos e, se um trabalhador desempregado continuar recebendo benefícios, sua ânsia de procurar emprego diminuirá e, ao mesmo tempo, a carga sobre o Estado para prover benefícios continuará aumentando (IQBAL; TODI, 2015).

O uso do emprego público e outras políticas macroeconômicas e sua integração com a política de bem-estar tradicional foi a conquista dos social-democratas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Nota-se que, embora o princípio do universalismo preceda o domínio social-democrata na Suécia, ele foi estendido e amplamente idolatrado pelo Partido, tornando possível uma economia de pleno emprego orientada para o consumo que gerou os recursos para financiar esse Estado de bem-estar (VALOCCHI, 1992).

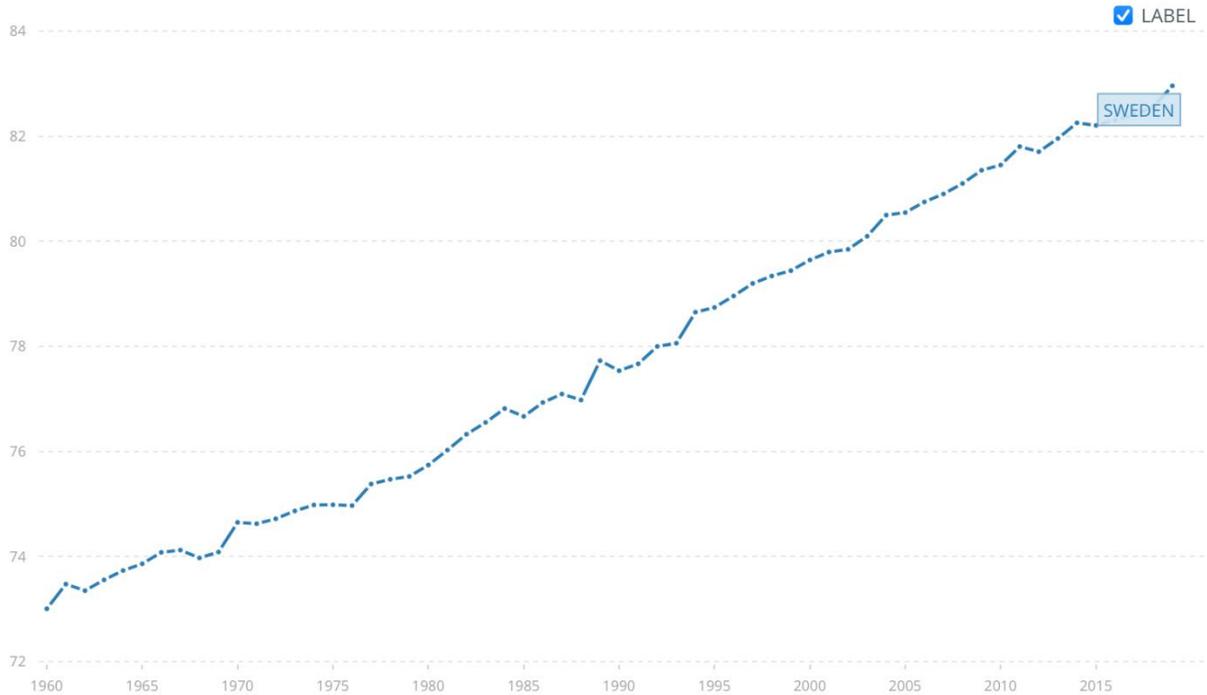
Segundo Andersen (2012), um dos principais desafios a ser enfrentado pelo Estado de bem-estar social sueco é o declínio da taxa de fertilidade combinado com o aumento da taxa de expectativa de vida, evidenciados nos gráficos abaixo.

Gráfico 8 - Taxa de fertilidade na Suécia



Fonte: World Bank, 2021.

Gráfico 9 - Expectativa de vida na Suécia



Fonte: World Bank, 2021.

Nas sociedades industriais avançadas, a combinação dessas duas tendências constitui um desafio econômico, visto que os países enfrentam um aumento significativo nas taxas de dependência dos idosos, que refere ao número de pessoas idosas (65 anos ou mais), em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (ANDERSEN, 2012).

Desta maneira, haverá um aumento substancial nas despesas com pensões, cuidados de saúde, cuidados de idosos etc., e uma população ativa menor para contribuir na economia. Embora os custos dos cuidados de saúde nas idades mais avançadas seja uma questão alarmante, o sistema de pensões também é uma problemática de fundamental importância para o futuro do sistema estatal sueco, visto que a população idosa passa cada vez mais tempo na aposentadoria (ANDERSEN, 2012).

Os esquemas de aposentadoria são amplamente utilizados em todos os países nórdicos. O montante da pensão depende do tempo que o cidadão viveu no país, do salário ganho por ele durante a sua permanência no trabalho, do número de dependentes que o aposentado possui e se ele recebeu pensão especial de outros planos de seguro. O sistema sueco de pensões com

financiamento público tem sido historicamente assegurado pela tributação da renda individual (BENGTSSON; SCOTT, 2011; IQBAL; TODI, 2015).

Em períodos em que as mudanças na estrutura etária são insignificantes, é concebível que os custos possam ser financiados simplesmente por meio de um ajuste nos impostos. Entretanto, atualmente há muito pouco espaço para o governo sueco usar a tributação como uma ferramenta para aliviar as demandas econômicas do envelhecimento da população (BENGTSSON e SCOTT, 2011). Logo, tem-se como uma possível solução a introdução de um sistema de contribuição nocional, em que os indivíduos financiam suas próprias aposentadorias (KRUSE, 2010 apud BENGTSSON e SCOTT, 2011).

Visando manter a sustentabilidade econômica, os governos seguiram dois caminhos: se a população em idade ativa diminui, a tarefa é extrair mais trabalho dos que ficam através de uma maior oferta de mão-de-obra e a busca por uma maior produtividade; outro caminho são as reformas previdenciárias que buscam estender a vida profissional e aliviar o governo de gastos (ANDERSEN, 2012).

Existem várias estratégias abrangentes para a tentativa de extrair mais força de trabalho. Barbier (2002 apud ANDERSEN, 2012) propôs o conceito de Ativação da proteção social, referindo-se não apenas à ativação, mas a políticas voltadas a todos os potenciais trabalhadores, bem como a políticas tributárias voltadas para a melhoria da oferta de trabalho. Isso também pode envolver a subordinação ou integração das políticas sociais às políticas do mercado de trabalho (ANDERSEN, 2012).

Mediante a implementação desse conceito de ativação da proteção social amplamente concebido, suas políticas incluem, por exemplo: Incentivos fiscais para trabalhar mais horas, fazer horas extras, ter empregos paralelos, etc.; Mais condicionalidade (requisitos de procura de emprego, etc.) para os desempregados; Segurança menos generosa para os desempregados (menor duração, menores benefícios); Esforços para aumentar o emprego entre os imigrantes; Esforços para aumentar o emprego entre os menos empregáveis: Desempregados de longa duração, pessoas com problemas de saúde, deficientes e outros; e faixas etárias mais altas nos sistemas de aposentadoria (ANDERSEN, 2012).

Outro grande problema para todas as economias nórdicas, como evidenciado por Iqbal e Todi (2015), é a crescente concorrência dos outros países. Como os países nórdicos são economias orientadas para a exportação, qualquer tipo de competição das economias emergentes no mercado

mundial prejudicará a balança comercial da região nórdica. Isso está fadado a ocorrer devido ao globalizado, uma vez que as indústrias nas economias emergentes são eficazes em termos de custos devido à mão de obra e recursos baratos, enquanto os altos impostos e salários acabam por aumentar significativamente os custos de produção dos produtos produzidos na região escandinava e, logo, seus preços no mercado internacional. Ademais, a redução da demanda por seus produtos no mercado mundial também significará aumento do desemprego, resultando em maiores benefícios de desemprego a serem pagos (IQBAL; TODI, 2015).

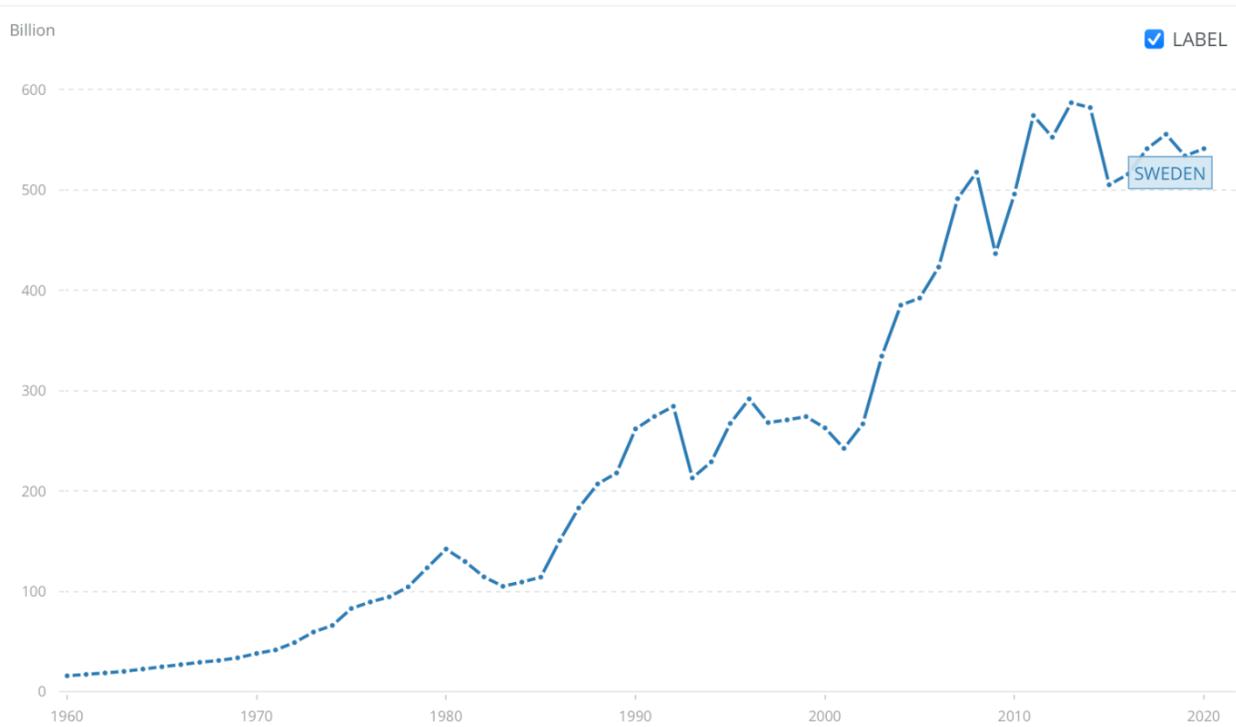
Em relação aos serviços públicos e a questão da produtividade, Andersen (2012) utiliza o termo Lei de Baumol para discorrer acerca da situação a ser enfrentada pelos países nórdicos. A taxa média de impostos no mundo é de 31,37%, a média europeia é de 32% e a média da OCDE é de 41,58%. Nos países nórdicos, no entanto, as taxas de imposto são mais altas, com a Dinamarca em 55,56%, a Finlândia em 51,25%, a Islândia em 46,22%, a Noruega em 47,2% e a Suécia em 57%. Uma vez que os governos alcancem sua base tributária mais baixa possível (que muitos acreditam que eles tenham), manter a mesma qualidade de serviços será um desafio (ANDERSEN, 2012; IQBAL; TODI, 2015).

O aumento da produtividade costuma ser muito maior na manufatura do que nos serviços, afinal, o planejamento de um aumento da produtividade em creches, geriatrias, ensino, tratamento hospitalar se mostra uma tarefa árdua. Uma vez que a maioria desses serviços exige mão-de-obra intensiva, a produtividade só pode aumentar até o ponto em que estagna (IQBAL; TODI, 2015).

Acredita-se que melhorar a produtividade nos serviços de bem-estar é um desafio particularmente difícil para os países nórdicos que, ao alocarem a maior parte dos gastos públicos em serviços, são os mais vulneráveis neste ponto. O nível normal de produtividade da economia continua a aumentar, o que, por sua vez, resulta em aumento dos salários reais, que tendem a ser uniformes em todo o mercado de trabalho, majoritariamente seguindo os setores expostos à competição internacional, o preço relativo dos serviços está em constante aumento enquanto a produtividade permanece inalterada (BENGTSSON; SCOTT, 2011).

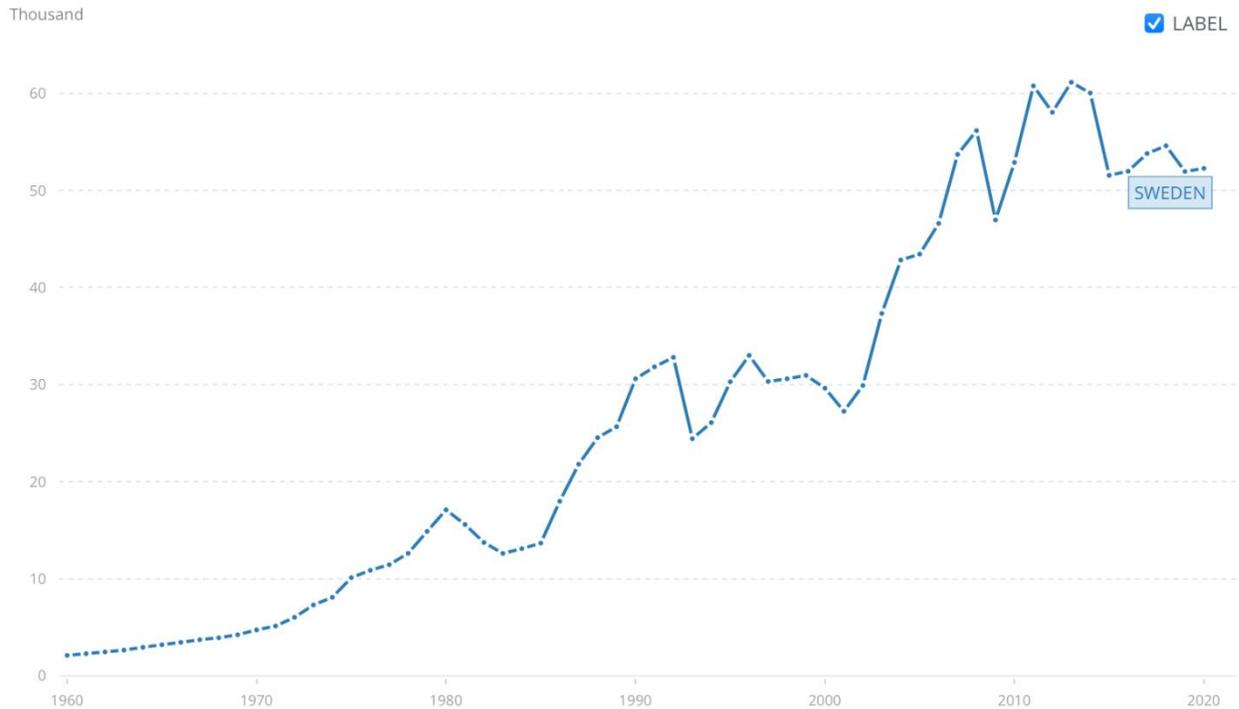
Por fim, quando a produtividade e o salário real na aumentam, a economia também aumenta (como evidenciado nos gráficos em seguida), conseqüentemente contribuindo para uma melhora no padrão de vida material da sociedade. A qualidade e a extensão do serviço público não são fixas e espera-se que sejam ampliadas quando o padrão de vida aumenta.

Gráfico 10 - PIB da Suécia (US\$)



Fonte: World Bank, 2021.

Gráfico 11 - PIB per capita da Suécia (US\$)



Fonte: World Bank, 2021.

Isso dá origem a uma maior demanda de serviços na economia, mesmo com uma população estagnada, e o aumento dos custos será refletido em preços mais altos pagos pelo cliente ou em impostos mais altos pagos pelo cidadão. Assim, pode-se explicar o porquê dos orçamentos públicos, em particular os serviços, estarem sempre sob pressão (ANDERSEN, 2012; IQBAL; TODI, 2015).

4.3 Aspectos sociais da Suécia: pluralidade e mudanças demográficas

No contexto europeu, apesar de várias iniciativas na promoção de uma Europa Social a nível comunitário e em vários Estados-Membros, a importância das questões sociais atualmente é colocada em segundo plano nos interesses estatais, cada vez mais preocupados com o cenário econômico (VAUGHAN-WHITEHEAD, 2015).

Skoog (2018), enfatiza a primazia da questão social no desenvolvimento da cultura e política sueca. Ele cita os tipos de serviços sociais que estavam disponíveis para os trabalhadores, como por exemplo, atendimento médico gratuito e exames de saúde regulares - o médico da fábrica

também era o médico da família - e os trabalhadores e suas famílias também tinham acesso a uma 'Casa de Verão' - aluguel grátis, e conclui: “por seu lar, sua cabana de verão, sua pensão e seu lazer, o operário sueco está vinculado à sua fábrica e está contente” (SKOOG, 2018, p. 315, tradução nossa).²³

Ademais, a responsabilidade nacional por doenças, velhice e desemprego é anterior ao domínio dos governos social-democratas na Suécia. A Lei de Pensão de 1913 forneceu benefícios de pensão de taxa fixa a todos os cidadãos e, em 1914, o governo sueco complementou a ajuda local aos pobres com fundos nacionais, além de estabelecer a Comissão Nacional de Desemprego, que empreendeu projetos de obras públicas para combater o desemprego (VALOCCHI, 1992).

Por conseguinte, a maioria das crianças progride no sistema educacional através de bolsas disponíveis para meninos e meninas em todos os estágios, e muitas vão para a universidade. Segundo Skoog (2018), a Suécia e a Social-democracia foram apresentadas ao mundo não apenas como a terra das crianças felizes e saudáveis, mas também como uma terra da mobilidade social.

Após um breve resumo do sucesso sueco para com a pauta social, deve-se ressaltar que, embora a economia sueca tenha crescido nos últimos anos, as disparidades econômicas e sociais da Suécia aumentaram mais do que na maioria dos países da OCDE. A série de reformas tributárias implementadas por governos social-democratas antes de 2006 e pelo governo conservador entre 2006 e 2014 beneficiou principalmente os escalões superiores da sociedade (ÖSTBERG, 2021; SKOOG, 2018).

Como evidenciado anteriormente, os Estados de bem-estar sempre mudaram em resposta às mudanças na sociedade em geral (e vice-versa), mas expressar essas mudanças como “desafios” a serem enfrentados é algo relativamente novo. Segundo Andersen (2012), a nova conjuntura globalizada apresenta novos riscos sociais, aumento da desigualdade ou novas necessidades sociais. Enquanto no discurso político e público “desafios” normalmente denotam desafios econômicos, o autor declara, porém, que os desafios sociais são igualmente importantes (ANDERSEN, 2012).

Os problemas sociais estão se acumulando e se agravando em diversos países devido à adoção internacional do capitalismo de mercado neoliberal. A tendência de longo prazo em direção à igualdade e eliminação da pobreza foi revertida a partir da década de 1980 e o aumento da

²³ Texto original: “By his home, his summer cottage, his pension and his amusements, the worker in Sweden is bound to his factory and is content.”

desigualdade social em saúde e longevidade é outro desafio que, além disso, interage com outras problemáticas sociais, como faixas etárias de aposentadoria mais elevadas. Desta forma, pode-se prever uma idade mais longa para trabalhar, maiores problemas de saúde e uma aposentadoria mais curta (ANDERSEN, 2012).

Os cinco países nórdicos têm uma história de população homogênea. Isso significa que a maioria das pessoas tinha requisitos semelhantes e qualquer iniciativa de política beneficiaria a maior parte da sociedade, tornando-se mais fácil levar adiante as reformas. Uma outra razão regularmente citada por trás do sucesso dos países nórdicos tem sido a composição da população, em que a confiança da sociedade no Estado e a coesão social têm sido variáveis predominantes nesta região, mas que, com o advento da globalização, estão assistindo suas populações se tornarem cada vez mais heterogêneas. Logo, o principal fator social que afeta a viabilidade do modelo nórdico e essencialmente do Estado de bem-estar são as mudanças na demografia na região nórdica (IQBAL; TODI, 2015).

A taxa de imigração aumentou consideravelmente desde o início do século XXI nos países nórdicos e especificamente na Suécia (ver gráfico 5), devido às políticas de asilo e imigração mais liberais da Europa). Desta maneira, as bases pré-estabelecidas da confiança social deixarão de existir se a composição da população mudar em grande medida, tornando-a menos homogênea e mais desigual (IQBAL; TODI, 2015).

Como evidenciado no subcapítulo anterior, outra problemática demográfica a ser enfrentada pela Suécia é o aumento constante da média etária, fazendo com que a proporção de idosos aumente em relação à população ativa. Desta forma, sem barreiras reduzidas, os países nórdicos registraram as taxas mais altas de imigração. O lado positivo da imigração é o influxo de trabalhadores mais qualificados que poderiam aumentar a produtividade do trabalhador médio, aumentando assim a produção. Além de manter a paz e a homogeneidade nas mentes das pessoas, a integração dos imigrantes também é benéfica do ponto de vista econômico, pois reduzirá a taxa de dependência, neutralizando assim parte da pressão sobre o Estado de bem-estar causada pela imigração e outros fatores (ANDERSEN, 2012; IQBAL; TODI, 2015).

Entretanto, um fenômeno social observado na sociedade sueca é a fraca participação desta parcela da população na força de trabalho, em que apenas cerca de 55% dos imigrantes participam da força de trabalho, aumentando ainda mais a pressão sobre o Estado de bem-estar, que fornece benefícios a todos os cidadãos. Uma escola de pensamento diz que reduzir os benefícios

disponíveis para os imigrantes pode reduzir a pressão; entretanto, o dilema moral aqui é o de minar os princípios do universalismo e da igualdade que são a base do Modelo Nórdico (IQBAL; TODI, 2015).

Por conseguinte, a imigração pode ajudar a evitar o declínio populacional nos países mais afetados pela queda nas taxas de fertilidade, mas também representa o desafio de evitar novas divisões sociais étnicas e o crescimento do sentimento anti-imigração sueco, que constitui um dos maiores pilares para a base de apoio político do conservadorismo e da extrema-direita atualmente (ANDERSEN, 2012).

Segundo Andersen (2012), outra tendência que puxou na mesma direção em todos os regimes de bem-estar é a “desfamiliarização”, em que a estrutura familiar tradicional erodiu de famílias com renda única para famílias com renda dupla. Imparáveis por políticas conservadoras voltadas para a manutenção do modelo masculino de ganha-pão, as mulheres casadas entraram maciçamente no mercado de trabalho desde o final do século passado. Assim, os países escandinavos mudaram seus sistemas tributários no sentido de tratar o indivíduo como a unidade básica ao invés de enxergar seus beneficiários pela ótica da família, proporcionando incentivos de trabalho mais fortes para as mulheres casadas (ANDERSEN, 2012).

O outro esforço para uma maior concentração de pessoas ativas no mercado de trabalho foi a provisão de creches públicas e creches em larga escala, permitindo que mais mulheres trabalhassem e, ao mesmo tempo, gerando um grande número de novos empregos no setor de serviços públicos. Entretanto, as creches são tipicamente inadequadas e se apresentam como um novo desafio: cuidados infantis insuficientes (ESPING-ANDERSEN et al, 2002 apud ANDERSEN, 2012).

Outro fator demográfico alarmante para o Estado sueco, como mencionado anteriormente, é a alta proporção de idosos. Durante o século XX, a Suécia foi líder mundial em envelhecimento populacional, quando a proporção de idosos dobrou, atingindo 18% da população com 65 anos ou mais em 2000. Atualmente, a parcela de idosos do país ainda é muito alta e estima-se que aumente para 26% até 2050, contribuindo para que a organização e o financiamento do apoio e da saúde aos idosos sejam as principais preocupações à medida que a proporção de idosos aumenta (BENGTSSON; SCOTT, 2011).

Durante o século XX, a expectativa média de vida na Suécia aumentou de 51 anos para homens e 54 anos para mulheres para 77 e 82 anos, respectivamente (Sweden Statistics 2004). Para

os países ocidentais, foi somente após a expectativa de vida ao nascer passar de aproximadamente 72 anos que o aumento na expectativa de vida foi impulsionado por uma redução na mortalidade entre os idosos, contribuindo assim para o envelhecimento da população, que aconteceu na década de 1970 na Suécia. Destaca-se que o principal vetor causal do envelhecimento da população na Suécia até agora foi, como em outros lugares, o declínio da fertilidade (BENGTSSON; SCOTT, 2011).

A questão é se o próximo passo para o envelhecimento da população continuará tão tranquilo quanto o primeiro, quando o aumento na proporção de idosos foi acompanhado por uma expansão conjunta do Estado de bem-estar social e aumento dos padrões de vida para todas as faixas etárias (BENGTSSON; SCOTT, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste trabalho foi possível compreender com maior profundidade a concepção do Estado de bem-estar sueco e seu cenário no século XXI, em que ele passa a se deparar com desafios políticos, econômicos e sociais diante de um cenário internacional globalizado, descritos no decorrer da obra. Durante a realização do Trabalho de Conclusão do Curso, fez-se necessário o uso de conceitos de globalização e da Economia Política Internacional para melhor entender como o Estado nacional sueco se encontra na conjuntura globalizada, afetado pelas mudanças da realidade internacional.

Visando elucidar o leitor acerca do tema a ser dissertado, foi realizada uma revisão histórica do Estado de bem-estar social, abordando desde suas origens, no século XIX, até a criação do Modelo Nórdico, no século XX, podendo ser considerado um ramo adaptado do Estado de Bem-Estar Social que surge no período entre guerras, como resultado da Grande Depressão. Ademais, também discorreu-se quanto à história do Estado de bem-estar social sueco, discutindo sua trajetória organizacional, política, econômica e social, desde o século XV até a instituição do “folkhemmet” no país, dissertando desde sua “era de ouro” até sua derrocada no final do último século.

Isto posto, através da abordagem da Economia Política Internacional, foi realizada uma conexão do tema do Estado de bem-estar social com a globalização, entendida como um processo que vem ocorrendo há séculos, mas que foi somente intensificado no final do século XX e início do século XXI, com a invenção dos novos meios de comunicação e tecnologias e a intensificação do fluxo de capitais, informações, bens e pessoas no âmbito internacional, causando uma maior interdependência entre os Estados. Percebe-se, por conseguinte, que alguns autores preceituam a ascendência de novos atores no Sistema Internacional, passando a interagir e competir com o Estado nacional, resultando na redução da influência e soberania estatal, principalmente em relação às novas empresas transnacionais.

Dessa forma, fazendo uso das principais contribuições da Economia Política Internacional, este trabalho buscou apresentar a interconectividade dos escopos político e econômico para o desenvolvimento da estratégia estatal frente à globalização. Infere-se que a situação econômica nacional torna-se fundamental para o mantimento do poder estatal, visto que os recursos financeiros são compreendidos como essenciais para o exercício de poder, a sobrevivência e o desenvolvimento do Estado no Sistema Internacional.

As contribuições de Keohane e Nye (1987) acerca da interdependência complexa na nova economia global também serviram para explicar a inter-relação entre a estrutura macro (internacional) e micro (nacional), em que o processo globalizador acaba por gerar efeitos em âmbito interno, ao qual o Estado deve se adaptar. Dentre as principais consequências desse fenômeno para o Estado sueco estão elencadas, no âmbito político, a perda de apoio à social-democracia frente à difusão dos ideais neoliberais e ao populismo anti-imigrante da direita sueca para com a questão migratória, e, no âmbito econômico, o aumento dos gastos estatais com serviços públicos, as mudanças demográficas e os efeitos da conjuntura político-econômica internacional na esfera doméstica, devido à economia global interconectada.

A justificativa para a elaboração desta monografia respaldou-se no interesse acerca do caso de sucesso das sociedades nórdicas, ranqueadas sempre nas melhores posições referente à IDH, qualidade de vida, felicidade, educação, muito devido à base de assistência ofertada pelo Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social, que proveu as condições básicas para o progresso humano e, conseqüentemente, estatal durante décadas. Entretanto, com o fechamento da “era de ouro” de constante e abundante crescimento econômico, o Estado de bem-estar social sueco apresenta-se sem saída, enfrentando os efeitos de uma realidade globalizada e interconexa.

Este estudo foi elaborado visando responder como o cenário internacional proveniente da globalização tem afetado o sistema de Estado de Bem-Estar Social da Suécia. Deste modo, percebe-se o crescente apoio sueco à oposição nacional, os *Sweden Democrats* (partido conservador e nacionalista) e ao Partido Moderado (partido liberal-conservador) por prometerem um maior controle no número de imigrantes no país, considerados os causadores de diversos agravantes sociais, como o aumento da violência e do crime e o crescente desemprego.

O crescente fluxo migratório no país, sendo o Estado da OCDE que mais garantiu asilo a imigrantes em 2015, resulta em maior insatisfação pública com os gastos governamentais para com essa parcela da população. Nos últimos anos, a Suécia apresentou um aumento drástico de crimes, ligados em parte a gangues de origem imigrante. A política de fronteiras abertas adotada pelo governo sueco muito contribuiu para o grande influxo de imigrantes evidenciado em 2015, caracterizada como uma crise migratória. Desta forma, evidencia-se a crescente insatisfação pública com os gastos governamentais para com essa parcela da população.

Devido ao processo da globalização, desde o final do século XX o Modelo Nórdico vem sofrendo diversas reformas e alterações em seu sistema econômico, observando que a influência

do trabalho organizado diminuiu, os esquemas de negociação coletiva foram revertidos, juntamente com reduções nos gastos públicos sociais, desregulamentação e expansão da privatização dos serviços públicos, podendo ser percebida uma forte ligação com os ideais neoliberais que ressurgem no século XXI.

Neste sentido, a Economia Política Internacional foi substancialmente importante porque nos permitiu analisar o âmbito econômico e o âmbito político concomitantemente. Nota-se a análise dos âmbitos político, econômico e social como indispensáveis na clarificação da maneira cujas ações de um Estado implicam consequências em terceiros, afetando a estrutura internacional, que acaba por afetar a estrutura doméstica novamente, conforme sugere a interdependência complexa.

Por conseguinte, este trabalho abre caminho para a elaboração de estudos futuros acerca da elaboração de uma análise da conjuntura mundial perante a criação do Modelo Nórdico. Ademais, o uso da pauta ambiental no caso sueco para o desenvolvimento nacional e internacional do Estado também pode ser melhor aprofundado, visando compreender a relevância da Conferência de Estocolmo, de 1972, para o firmamento de uma agenda ambiental internacional e a consequente estabilização do Estado sueco como uma pequena potência no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ESTADOS UNIDOS. ADMINISTRAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL. **Social Security History**: otto von bismarck. Disponível em: <https://www.ssa.gov/history/ottob.html>. Acesso em: 23 maio 2020.

ANDERSEN, Jørgen Goul. Welfare States and Welfare State Theory. **Centre for Comparative Welfare Studies**: Aalborg University, Dinamarca, Jan. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271217504_Welfare_States_and_Welfare_State_Theory. Acesso em: 10 mar. 2021.

ANDERSEN, Torben *et al.* **The Nordic Model**: embracing globalization and sharing risks. Helsinki: Taloustieto Oy, 2007. Disponível em: <http://www.etla.fi/wp-content/uploads/2012/09/B232.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BENGTSSON, Tommy; SCOTT, Kirk. Population Aging and the Future of the Welfare State: The Example of Sweden. **Population And Development Review**, [s. l.], v. 37, p. 158-170, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41762403>. Acesso em: 30 maio 2021.

BILLNER, Amanda; LINDEBERG, Rafaela. **An Icon of Scandinavian Social Democracy Eyes a Historic Slump**. 2018. Disponível em: <https://www.bloombergquint.com/politics/an-icon-of-scandinavian-social-democracy-eyes-a-historic-slump>. Acesso em: 24 nov. 2021

BLÖCHLIGER, Hansjörg; DUMONT, Jean-christophe; LIEBIG, Thomas (org.). **Migration Policy Debates**: who bears the cost of integrating refugees?. 13. ed. [S. l.]: OCDE, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/mig/migration-policy-debates-13.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

BRENDE, Børge. The New Nordic Model: how to reconcile free trade, patriotism, and inclusivity. **Foreign Affairs**, [s. l.], 02 jan. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2020-01-02/new-nordic-model>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRIGGS, Asa. The Welfare State in Historical Perspective. **European Journal of Sociology**, Cambridge, v. 2, n. 2, p. 221-258, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23987939?seq=1>. Acesso em: 4 mar. 2021.

BROWN, Andrew. Swedes Can't Go Home Again. *Foreign Policy*. Sep., 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/09/06/swedes-cant-go-home-again-decoder-folkhemmet/>. Acesso em: 20 abril 2021

BROWN, Chris. Susan Strange—a critical appreciation. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 531-535, jul. 1999. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210599005318>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/susan-strange-a-critical-appreciation/E934ECBF3229D84DC527CEB07AA117B1>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. The Three Welfare State Regimes. *In*: ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990. cap. 1, p. 9-78. Disponível em: <https://lanekenworthy.files.wordpress.com/2017/03/reading-espingandersen1990pp9to78.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FERREIRA, Leonardo. **Conheça os 20 países mais felizes do mundo**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/horoscopo/conheca-os-20-paises-mais-felizes-do-mundo,144ce1eecaf2113911f097982bcda4faji1t855j.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FREIRE, Diego. **Veja o ranking completo dos 189 países por IDH**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/veja-o-ranking-completo-de-todos-os-paises-por-idh/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FREITAS, Luana Monteiro de. **A Formação do Estado do Bem-Estar Social Nórdico: uma abordagem da teoria da firma**. 2014. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/950/1/LMFreitas.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

GÖTZ, Norbert. The modern Home Sweet Home. *In*: ALMQVIST, Kurt; GLANS, Kay (ed.). **The Swedish Success Story?**. Tradução: Paul Fischer. Estocolmo: Axel and Margaret Ax:son Johnson Foundation, 2004. p. 97-107.

GOUREVITCH, Peter. The Second Image Reversed: the international sources of domestic politics. **International Organization**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 881-912, 1978. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s002081830003201x>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706180>. Acesso em: 27 ago. 2021.

HANCOCK, M. Donald. The Swedish Welfare State: Prospects and Contradictions. **The Wilson Quarterly**, Washington D. C., v. 1, ed. 5, p. 111-126, 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40255289>. Acesso em: 2 maio 2021.

HOLMÉN, Janne; KOIVUNEN, Anu; OJALA, Jari. Always in crisis, always a solution?: the nordic model as a political scholarly concept. *In*: HOLMÉN, Janne; KOIVUNEN, Anu; OJALA, Jari. **The Nordic Economic, Social and Political Model: challenges in the 21st century**. [S. l.]: Routledge, 2021. Cap. 1. p. 1-19.

IQBAL, Razi; TODI, Padma. The Nordic Model: existence, emergence and sustainability. **Procedia Economics And Finance**, [S. l.], v. 30, p. 336-351, 2015. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2212567115013015?token=35C7861A812FA84F401E3F1D8E84D7C904479DEF350C27EF74DAE673509055865C0F1997BEB184707B2EB104E141B34>. Acesso em: 22 maio 2020.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: theories and approaches**. 5. ed. Oxford University Press, 2013. 373 p. Disponível em: https://www.academia.edu/8327406/Introduction_to_International_Relations. Acesso em: 10 set. 2021.

JYLHÄ, Kristi M.; RYDGREN, Jens. **Sweden Democrat voters: who are they, where do they come from, and where are they headed?**. Stockholm: The Institute For Future Studies, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332947241_Sweden_Democrat_voters_Who_are_they_where_do_they_come_from_and_where_are_they_headed. Acesso em: 24 nov. 2021

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph. Globalization: what's new? what's not? (and so what?). **Foreign Policy**, [s.l.], n. 118, p. 104, 2000.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence revisited. **International Organization**, [s.l.], v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b7f2/f431beb1889f2f16bbc1a1ffe34e041729cb.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **Globalizadores e a globalização comercial: a China é um país globalizador?**. 2015. 239 p. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116646>. Acesso em: 05 maio 2021.

MAPPR. **Nordic Countries**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.mappr.co/thematic-maps/nordic-countries/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MAY, Christopher. Strange fruit: susan strange's theory of structural power in the international political economy. **Global Society**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 167-189, maio 1996. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13600829608443105>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13600829608443105?journalCode=cgsj20>. Acesso em: 30 out. 2021.

MEINANDER, Henrik. Three driving forces: structural challenges for nordic democracies in the 2010s. In: HOLMÉN, Janne; KOIVUNEN, Anu; OJALA, Jari. **The Nordic Economic, Social and Political Model: challenges in the 21st century**. [S. L]: Routledge, 2021. Cap. 2. p. 20-36.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 419 p.

MOORE, Keith. Swedish government struggling over migrant crisis. **Bbc News**. Suécia. 03 mar. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-35549169>. Acesso em: 25 maio 2020

MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, v. 51, n. 4. MIT Press, 1997. pp. 513–53, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2703498>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**, 5. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1978 p. 4-15.

NYE, Joseph. “**Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**”. Tradução de Henrique Rêgo Monteiro. Editora Gente, 2009.

OECD. **Revenue Statistics 2020 - the United States**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/revenue-statistics-united-states.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ÖSTBERG, Kjell. The decline of Nordic social democracy. In: HOLMÉN, Janne; KOIVUNEN, Anu; OJALA, Jari. **The Nordic Economic, Social and Political Model: challenges in the 21st century**. [S. L]: Routledge, 2021. Cap. 6. p. 124-137.

PIERSON, Paul. The New Politics of the Welfare State. **World Politics**, Cambridge, v. 48, n. 2, p. 143-179, Jan. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25053959>. Acesso em: 9 abr. 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica: para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá Editora, 2014. Disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/institucional/biblioteca/arquivo-sumario-publicacao/A/9440>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PERSSON, Luiz Felipe. **A Social Democracia e o Estado de Bem-Estar Social: As Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e de Previdência Social na Suécia e Brasil**. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Kieling Pedroso. 2008. 104 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PETERSEN, Jørn Henrik; PETERSEN, Klaus. Confusion and divergence: Origins and meanings of the term ‘welfare state’ in Germany and Britain 1840-1940. **Journal of European Social Policy**, [s. l.], v. 23, ed. 1, p. 37-51, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0958928712463160>. Acesso em: 7 abr. 2021.

PETERSEN, Klaus. Constructing Nordic Welfare?: Nordic Social Political Cooperation 1919-1955. In: PETERSEN, Klaus; CHRISTIANSEN, Niels Finn; EDLING, Nils; HAAVE, Per. **The Nordic Welfare State: a historical reappraisal**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, University Of Copenhagen, 2006. p. 67-96.

ROJAS, Mauricio. **Sweden after the Swedish Model: From Tutorial State to Enabling State**. Suécia: Timbro, 2005. 92 p. Disponível em: <https://timbro.se/valfard/sweden-swedish-model-tutorial-state-enabling-state/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ROLANDER, Niclas. Support for Nationalist Sweden Democrats Jumps to Record in Poll. 2019. Disponível em: <https://www.bloombergquint.com/politics/support-for-nationalist-sweden-democrats-jumps-to-record-in-poll>. Acesso em: 24 nov. 2021

SILVERMAN, Bertram *et al.* The Crisis of the Swedish Welfare State. **Challenge**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 36-51, jul. 1980. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/05775132.1980.11470620>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40719882>. Acesso em: 26 July 2021.

SKOOG, Kristin. Visions of Utopia. **Media History**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 307-323, 31 ago. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13688804.2018.1514253>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13688804.2018.1514253>. Acesso em: 13 aug. 2021.

STEFAN, George Marian. European Welfare State in a Historical Perspective: A Critical Review. **European Journal of Interdisciplinary Studies**, [s. l.], ano 2015, v. 7, ed. 1, p. 25-38, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329416200_European_Welfare_State_in_a_Historical_Perspective_A_Critical_Review. Acesso em: 2 may 2021.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 1994. Bloomsbury Academic.

STRANGE, Susan. States, firms and diplomacy. **International Affairs**, [S.L.], v. 68, n. 1, p. 1-15, jan. 1992. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2620458>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2620458>. Acesso em: 17 set. 2021.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. 1. ed. Cambridge University Press, 1996. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/retreat-of-the-state/7DD0CC1340A7BC649FD9671BF2ACBE94>. Acesso em: 24 nov. 2021

STRANGE, Susan. **What Theory? The Theory in Mad Money**. 1998. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=146958>. Acesso em: 18 nov. 2021

SWEDISH SOCIAL DEMOCRATIC PARTY. In: Wikipedia: the free encyclopedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Swedish_Social_Democratic_Party. Acesso em: 28 nov. 2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (Brasil) (org.). **Índice de Percepção da Corrupção 2020**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

VALOCCHI, Steve. The Origins of the Swedish Welfare State: A Class Analysis of the State and Welfare Politics. **University of California Press: Social Problems**, Oakland, CA, v. 39, n. 2, p. 189-200, Maio 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3097037?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 1 may 2021.

VAUGHAN-WHITEHEAD, Daniel. **The European Social Model in Crisis: Is Europe losing its soul?** Geneva: Edward Elgar, 2015. 627 p.

VEGGELAND, Noralv. The Nordic Model: Its Arrival and Decline. **Global Journal of Management And Business Research**, [s. l.], nov. 2014. Disponível em: <https://journalofbusiness.org/index.php/GJMBR/article/view/1472>. Acesso em: 22 June 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the Age of Transition? **International Sociology**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 249-265, jun. 2000. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0268580900015002007>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002007>. Acesso em: 23 out. 2021.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

WIKAN, Vilde Skorpen. What Is ‘Neoliberalism’, and How Does It Relate to Globalization? **E-international Relations**, [s. l.], v. 4, p. 806-822, 21 mar. 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/03/21/what-is-neoliberalism-and-how-does-it-relate-to-globalization/>. Acesso em: 27 may 2020.

WORLD BANK. **Exports of goods and services (current US\$) - Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.CD?end=1982&locations=SE&start=1967>. Acesso em: 24 nov. 2021

WORLD BANK. **Fertility rate, total (births per woman) - Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?locations=SE>. Acesso em: 24 nov. 2021

WORLD BANK. **GDP (current US\$) - Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=SE>. Acesso em: 24 nov. 2021

WORLD BANK. **GDP per capita (current US\$) - Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=SE>. Acesso em: 24 nov. 2021

WORLD BANK. **Life Expectancy at Birth, Total (years) – Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=SE>. Acesso em: 24 nov. 2021

WORLD BANK. **Refugee population by country or territory of asylum – Sweden**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.REFG?end=2020&locations=SE&start=2010>. Acesso em: 24 nov. 2021

World Population Review. **Malmö Population 2020**. 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/world-cities/malmo-population/>. Acesso em: 25 may 2020